

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Mulheres e desenvolvimento no meio rural em Moçambique:
O caso de Monapo, província de Nampula**

Aleia Rachide Agy

**Mestrado em Estudos sobre as Mulheres -
- Género, Cidadania e Desenvolvimento**

2019

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Mulheres e desenvolvimento no meio rural em Moçambique:
O caso de Monapo, província de Nampula**

Aleia Rachide Agy

**Mestrado em Estudos sobre as Mulheres -
- Género, Cidadania e Desenvolvimento**

**Dissertação orientadora pela Professora Doutora Maria Teresa Valente
Pinto e pela Professora Doutora Rosana de Lemos de Sousa Albuquerque**

2019

Resumo

Em Moçambique, dados censitários referem que a maior parte da população é composta por mulheres, sendo que mais de metade encontra-se a viver em contextos rurais, onde o papel da mulher está, sobretudo, direccionado para a produção agrícola, virada para a produção de culturas alimentares destinadas na sua maioria para a subsistência familiar. Acresce um conjunto de responsabilidades relacionadas com tarefas domésticas e com a prestação de cuidados à família. Nos últimos anos as abordagens sobre o desenvolvimento no meio rural incluem as mulheres como peças-chave para o progresso social e para o desenvolvimento sustentável do país. No entanto, a sua ação para o desenvolvimento é medida tendo em conta, muitas vezes, fatores económicos de mercado, omitindo a sua atividade produtiva e as suas conquistas diárias dentro dos seus agregados familiares e da sua comunidade.

Deste modo, esta pesquisa procurou compreender a ação das mulheres para o desenvolvimento, de forma particular procurou-se estudar as mulheres no seu contexto socioeconómico e político, bem como identificou-se um conjunto de estratégias de participação utilizadas pelas mulheres. Através de abordagens qualitativas com recurso a um estudo de caso com realização de entrevistas semiestruturadas a mulheres residentes no distrito de Monapo (província de Nampula), os resultados do estudo demonstram que a ação das mulheres para o desenvolvimento é perceptível, através de um conjunto de estratégias de integração, que partem de uma iniciativa própria e tem em vista um maior equilíbrio da vida social dentro da sua família e comunidade.

Palavras-chave: Mulheres, meio rural, desenvolvimento, Monapo, Moçambique

Abstract

In Mozambique, census data indicate that the majority of the population is women, with more than half living in rural contexts, where the role of women is mainly directed towards agricultural production, turned to production of food crops destined mostly for family subsistence. In addition to a set of related responsibilities with housework and with the provision of family care. In recent years, approaches to rural development include women as key to social progress and sustainable development in the country. However, their action for development is measured by often taking into account economic market factors, omitting their productive activity and their daily achievements within their households and their community.

This research sought to understand the action of women for development, in particular sought to study women in their socio-economic and political context, as well as identified a set of participation strategies used by women. Through qualitative approaches using a case study with semi-structured interviews with women living in Monapo district (Nampula province), the results of the study demonstrate that women's action for development is remarkable through a set of integration strategies that they start from their own initiative and aim at a better balance of social life within their family and community.

Keywords: Women, rural, development, Monapo, Mozambique.

Agradecimentos

Antes de mais, agradeço a Deus por ter iluminado os meus passos ao longo do meu percurso académico.

Pretendo ainda fazer uma menção especial de agradecimento a Professora Doutora Maria Teresa Valente Pinto e a Professora Doutora Rosana de Lemos de Sousa Albuquerque que tiveram a difícil tarefa de apreciar e reavaliar sucessivas versões deste trabalho e de ter contribuído com valiosos comentários e preciosas sugestões que foram preponderantes durante a elaboração do trabalho.

Ao meu marido, filha, familiares e a pessoas amigas pela coragem e incentivo prestado nas horas mais difíceis e pelos momentos e privações por que passamos. Ao conjunto de docentes da Universidade Aberta, que me acompanharam neste percurso de vida, por me terem transmitido os conhecimentos necessários para a realização desta formação académica. As pessoas entrevistadas pela colaboração, troca de ideias sobre o tema a ser tratado, pela motivação e apoio incansável.

E finalmente, mas sem ser menos importante, vai o meu muito obrigada a todas as pessoas que de uma forma incansável sempre acreditaram e deram o seu contributo para que este dia chegasse.

ÍNDICE

Resumo.....	ii
Abstract	ii
Agradecimentos	iii
Índice de Mapa	vi
Índice de Quadro.....	vi
Índice de Gráficos.....	vi
Índice de Figuras.....	vi
Lista de siglas e acrónimos.....	vii
Introdução.....	1
PARTE I – RELAÇÕES SOCIAIS DE GÉNERO E DESENVOLVIMENTO RURAL EM MOÇAMBIQUE	4
Capítulo 1 – O papel das mulheres no desenvolvimento e transformações históricas das relações entre homens e mulheres.....	5
1.1. O período colonial e a luta armada	5
1.2. O período pós-independência	9
1.3. Da guerra dos 16 anos à atualidade.....	11
Capítulo 2 - As mulheres e o enquadramento legal em Moçambique.....	12
2.1. O direito e as orientações internacionais	12
2.2. O quadro legal nacional.....	14
PARTE II – GÉNERO E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO DISTRITO DE MONAPO.....	16
Capítulo 3 – Panorama histórico e sociocultural do povo macua em Monapo	17
3.1. A organização familiar e o casamento	17
3.2. A matrilinearidade e a divisão do trabalho	18
Capítulo 4 - População e desenvolvimento socioeconómico do distrito de Monapo21	
4.1. Território e população	21
4.2. Setores de atividade, financiamentos e crescimento económico	25
4.2.1. Agricultura e agro-negócio	25
4.2.2. Outros setores económicos	27
4.3. Recursos naturais: terra, água e florestas	28
4.4. Recursos financeiros e desenvolvimento.....	29
4.5. Educação e desenvolvimento.....	31

PARTE III – ESTUDO DE CASO - ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO RURAL NO DISTRITO DE MONAPO	34
Capítulo 5 - Percurso metodológico	35
5.1. A opção pela abordagem qualitativa	35
5.2. Estudo de caso como estratégia de pesquisa	35
5.3. População e amostra	36
5.4. A recolha de dados	36
5.5. O percurso entre a entrevista exploratória e a semiestruturada	38
5.6. Análise de dados	40
5.7. Questões éticas	40
5.8. Dificuldades e formas de superação	41
Capítulo 6 - Apresentação dos resultados e análise dos dados	43
6.1. Apresentação do perfil da amostra	43
6.2. Estratégias de participação das mulheres no desenvolvimento rural	47
6.2.1. Dinâmicas de participação dentro do agregado familiar	47
6.2.2. Ações de participação económica	51
6.2.3. Estratégias de participação política	56
Considerações finais	62
BIBLIOGRAFIA	65
ANEXOS	75

Índice de Mapa

Mapa 1: Localização do distrito de Monapo.	21
---	----

Índice de Quadro

Quadro 1: Número de trabalhadores/as, por sexo, em empresas com investimento na agricultura e no agro-negócio.	26
---	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Projeção da população economicamente ativa no distrito de Monapo por sexo (2007-2019).	22
Gráfico 2: População, segundo a posição no trabalho e sexo.	23
Gráfico 3: População não-ativa por posição principal, por sexo.	24
Gráfico 4: Investimentos no distrito de Monapo, por sectores de atividade.	25
Gráfico 5: Outros sectores de atividade, por sexo.	27
Gráfico 6: Número de projetos financiados pelo FDD.	30
Gráfico 7: Número de unidades escolares no distrito de Monapo (2007-2017).	32

Índice de Figuras

Figura 1: Reunião com o líder local.	60
---	----

Lista de siglas e acrónimos

ADPP- Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
AGP- Acordos Gerais de Paz
BCI - Banco Comercial e de Investimentos
BI- Bilhete de Identidade
BIM - Banco Internacional de Moçambique
CE – Cartão de Eleitor
CEA- Centro de Estudos Africanos
CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres
CEDE – Centro de Estudos Sobre Democracia e Desenvolvimento
CENACARTA- Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção
CEPSA – Centro de Pesquisa em Comunicação e Saúde
CES – Centro de Estudos Sociais
CIM – Companhia Industrial de Monapo
CPI - Centro de Promoção de Investimento
DNAL - Direção Nacional da Administração Local
DNM- Direção Nacional da Mulher
DTS – Doenças de Transmissão Sexual
DUAT- Direito do Uso e Aproveitamento da Terra
EN - Estrada Nacional
EP - Escola Primária
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FDD – Fundo de Desenvolvimento do Distrito
FIIL – Fundo de Investimento de Iniciativa Local
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GAD- Género e Desenvolvimento
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos
INDER – Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural
INE - Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique
MEDH – Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MGCAS – Ministério do Género, Criança e Ação Social

MMAS – Ministério da Mulher e Ação Social
NUIT- Número Único de Identificação Tributária
OIL – Orçamento de Investimento de Iniciativa Local
OMM- Organização da Mulher Moçambicana
ONG – Organização Não-Governamental
ONU- Organização das Nações Unidas
PARPA – Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta
PDEI – Política de Género e Estratégia de Implementação
PEA – População Economicamente Ativa
PEN - Programa Estratégico de Nampula
PNAM – Plano Nacional para o avanço da Mulher
PNEA – População Não Economicamente Ativa
PRE - Programa de Reabilitação Económica
PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social
PROL - Programa de Reforma dos Órgãos Locais
RPDL- Repartição de Planificação e Desenvolvimento Local
RSA- Republica Sul-africana
SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAN – Sociedade Algodoeira de Namialo
SDAE - Serviço Distrital das Actividades Económicas
SDEJT - Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SDPI - Serviço Distrital de Planeamento e Infraestrutura
SIDA - Síndrome da imunodeficiência adquirida
UEM – Universidade Eduardo Mondlane
UFG – Universidade Federal de Goiás
UNDP / PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
WAD- Mulher e Desenvolvimento
WID- Mulher em Desenvolvimento
WLSA – Mulher e Lei na África Austral

Introdução

Em Moçambique a participação das mulheres rurais no desenvolvimento do país tem sido medida através do seu envolvimento no sector económico, com enfoque na análise de dados estatísticos sobre a sua presença na atividade agrícola, no agro-negócio bem como na sua presença no mercado informal. As dinâmicas que melhor explicam a sua ação no desenvolvimento, dentro da sua família, da comunidade e do país em geral não têm sido tidas em conta.

De facto, quando se analisa o desenvolvimento rural tendo como base de análise o poder económico, verifica-se que o mesmo é determinado pelo acesso aos recursos monetários, e ao recurso terra, fatores que à partida colocam as mulheres em segundo plano (Valá, 2012). Na distribuição de tarefas dentro dos agregados familiares, as mulheres estão sobretudo direcionadas para a produção agrícola, virada para culturas de subsistência familiar. Enquanto, a maior parte das culturas de rendimento, bem como a gestão e controlo dos rendimentos e despesas familiares, são do domínio do homem, incluindo as decisões sobre uso da terra, gado, etc. Mesmo onde a mulher contribui para o rendimento familiar através de culturas alimentares, a tendência tem sido de pôr a sua contribuição ao dispor do marido (Waterhouse e Vijhuizen, 2001). No referente ao acesso à terra, principal recurso utilizado por elas para garantir a sobrevivência dos seus agregados familiares, as mulheres camponesas têm pouco ou nenhum acesso, pois é frequentemente definido pelas leis e costumes e reconhecido por todos (homens e mulheres) que o homem é o chefe da família e diante dessa posição, ele é quem deve possuir a titulação do direito do uso e aproveitamento da terra (DUAT). Ao mesmo tempo, os insumos, como sementes melhoradas, fertilizantes, pesticidas, equipamentos ou mão-de-obra agrícola remunerada, não estão ao seu alcance e os serviços de extensão agrária, quando existentes, são quase que exclusivamente destinados aos homens (Valá, 1997; Uaiene 2012). Estes fatores são reveladores de um envolvimento marcado por desigualdades entre mulheres e homens numa região onde as tradições exercem uma forte influência sobre a vida das mulheres.

Neste contexto, o presente trabalho procurou compreender a ação das mulheres para o desenvolvimento no meio rural em Moçambique, em particular no distrito de Monapo, na província de Nampula. O estudo centra-se nas estratégias de participação utilizadas pelas

mulheres, o modo como se processa o seu envolvimento nos grupos associativos e na despesa familiar, bem como a sua presença e participação no processo de tomada de decisão na sua família e comunidade, de modo a perceber como cada uma delas ultrapassa as barreiras no acesso aos recursos, tendo em conta, nomeadamente, que um dos principais entraves para a ação das mulheres no desenvolvimento assenta no não cumprimento e divulgação das agendas legislativas que garantem a igualdade de direitos e oportunidades entre as mulheres e os homens.

Pretende-se aprofundar a análise sobre as atividades efetuadas pelas mulheres no seu quotidiano de forma a descortinar um conjunto de realizações inerentes a sua vida social, económica e política que permita projetar um conjunto de normas para os decisores políticos que inclua as preocupações diárias das mulheres no que concerne a melhoria de vida na sua família e na comunidade.

Optou-se por uma metodologia qualitativa, escolhendo-se o estudo de caso como estratégia de pesquisa.

Em termos de procedimentos metodológicos, efetuou-se uma revisão da literatura com o propósito de aprofundar de que forma a história constrói os papéis desempenhados pelas mulheres ao longo do tempo, bem como de aprofundar as transformações ocorridas na vida das mulheres no que respeita ao seu envolvimento no ramo sociopolítico e económico do país.

Foi também realizada uma pesquisa documental que incluiu a análise de relatórios do governo do distrito de Monapo e de dados estatísticos, com base nos quais conseguimos informações sobre a população (feminina e masculina), bem como sobre os sectores de atividades que envolvem as mulheres neste distrito, num cenário onde as mulheres enfrentam dificuldades para concluir o ensino secundário e a agricultura constitui a principal fonte de renda das famílias. A partir dos instrumentos legais constatamos que tipo de medidas são estabelecidas ao nível governamental de maneira a alcançar um desenvolvimento com base na igualdade de oportunidades e de direitos entre os homens e as mulheres.

O estudo de caso realizou-se na região norte do país, mais concretamente em Nacocolo, distrito de Monapo, onde se realizaram entrevistas exploratórias e semiestruturadas a doze mulheres (com diferentes idades, estado civil e nível de escolaridade). Nesta fase foi pertinente buscar informações sobre as particularidades em que vivem as mulheres,

nomeadamente de como é feita a distribuição das tarefas no seu agregado familiar; de que forma ela participa no controlo e distribuição dos rendimentos; onde são investidos os seus rendimentos; a que grupo social pertence (líderes comunitários, régulo, líder religioso, associações de mulheres) de que modo é que a pertença a esses grupos influencia o seu grau de participação; de que forma as mulheres comunicam com as estruturas sociais existentes na sua localidade.

O trabalho está estruturado em três partes.

A primeira parte, sobre relações sociais de género e desenvolvimento rural em Moçambique, é composta por dois capítulos. No primeiro apresenta-se uma análise histórica das transformações ocorridas nas relações entre mulheres e homens em Moçambique e a participação das mulheres no desenvolvimento. No segundo capítulo são apresentados os temas sobre o quadro legal que Moçambique aprovou ou então ratificou no âmbito de projetos de leis e convenções que estabelecem a igualdade de direitos e deveres entre as mulheres e os homens,

A segunda parte, sobre Género e dinâmicas de desenvolvimento rural no distrito de Monapo, comporta os capítulos terceiro e quarto que expõem de que forma são entendidos os costumes e a divisão do trabalho dentro dos agregados famílias, bem como de que forma as mulheres estão envolvidas nas dinâmicas de desenvolvimento social, económico e político no distrito de Monapo.

Na terceira parte apresenta-se a pesquisa empírica do estudo de caso. No quinto capítulo, explica-se o percurso metodológico seguido na pesquisa. Explicitam-se os procedimentos da abordagem qualitativa, o estudo de caso como estratégia de método, as formas utilizadas para recolher a informação, o percurso do trabalho de campo, a análise da informação, as questões éticas, as dificuldades e as estratégias de superação. No sexto capítulo são analisados os resultados da pesquisa empírica enfatizando as diferentes estratégias utilizadas pelas mulheres na ação do desenvolvimento. E por fim apresentam-se as reflexões finais do estudo, a bibliografia e os anexos.

**PARTE I – RELAÇÕES SOCIAIS DE GÉNERO E
DESENVOLVIMENTO RURAL EM MOÇAMBIQUE**

Capítulo 1 – O papel das mulheres no desenvolvimento e transformações históricas das relações entre homens e mulheres

1.1. O período colonial e a luta armada

Em finais do século XIX, com a penetração do regime colonial e num cenário de falta de capital para desenvolvimento da economia, Moçambique transformou-se numa reserva de mão-de-obra das colónias vizinhas, particularmente da África do Sul e da Rodésia do Sul. A zona norte do rio Save estava concessionada a Companhias Majestáticas e outras com capital não português, como a Companhia da Zambézia, Companhia do Boror, Companhia Colonial de Angoche, Companhia do Niassa, Sociedade Agrícola da Madal, Sena Sugar Estates. Estas companhias contratavam mão-de-obra barata feminina e masculina para o trabalho assalariado nas grandes plantações (Serra, 1980:35).

Desta forma, o Estado colonial manteve o controlo sobre todos os trabalhadores assalariados através dum conjunto de leis. A efetividade desta dominação baseava-se, muitas vezes, na exploração sobre-humana da mão-de-obra masculina e feminina, pois as leis existentes eram discriminatórias e não protegiam a classe trabalhadora (Casimiro, 1986:31).

Após a II Guerra Mundial, com a intensificação da administração colonial e incremento de projetos de produção agrícola, assiste-se a um maior envolvimento das mulheres na produção de culturas de rendimento, por exemplo na cultura da cana-de-açúcar, na zona centro e sul do país, do algodão, do sisal e do arroz, na região centro e norte, e do chá e do tabaco, no centro e norte de Moçambique (Casimiro, 1986).

Estudos realizados por Judith Head (1980) e Alpheus Manghezi (1981) revelam que, por volta de 1946, as regiões centro e sul do país receberam mulheres (principalmente viúvas e divorciadas) para trabalhar nas plantações de açúcar na Zambézia e em Maputo. O trabalho das mulheres nas plantações era, sobretudo, a sacha, mas algumas mulheres também realizavam tarefas como cortar e carregar, tarefas conferidas, tradicionalmente, aos homens (Manghezi, 1981). O trabalho de mulheres e homens assalariados não era pago em moeda, mas sim em vestuário no valor equivalente ao que tinham direito a receber.

Com a intensificação da participação masculina no trabalho migratório (por volta de 1954) na África do Sul (RSA)¹, Rodésia e Niassalândia e, também, em grandes projetos coloniais

¹ Ruth First (1998:22) refere que, nessa altura, os trabalhadores moçambicanos trabalhavam nas minas sul-africanas um tempo médio de 12 meses, podendo ser prolongado para 18 meses, facto que impulsionou a utilização de mão-de-obra feminina nas grandes plantações.

nos centros urbanos ou no vale do Zambeze, num sistema de trabalho sazonal e migratório, assistiu-se a uma maior responsabilização das mulheres na produção alimentar familiar. Este fenómeno foi mais evidente no Sul de Moçambique, onde os efeitos da emigração masculina para a RSA mais se sentiram. As mulheres, para além das atividades agrícolas e domésticas (produzir na machamba, buscar água e lenha, cozinhar, cuidar das crianças), viram-se obrigadas a realizar, outras tarefas tradicionalmente reservadas aos homens, como construção de casas e venda de produtos agrícolas no mercado² (Casimiro, 1986:27; Frias, 2006:106).

De maneira a incrementar o cultivo de algodão em todo o país, sobretudo na região norte de Moçambique, e até mesmo garantir a presença de mão-de-obra nos campos de produção, por volta de 1955 as mulheres são chamadas pelas companhias concessionárias a cultivar o algodão³ dentro do sistema cooperativista (Newitt, 1995:397-398). Acresce que o cooperativismo foi incentivado pelo Estado colonizador com o duplo objetivo de integrar a população nas produções dirigidas para o mercado que se pretendia desenvolver e, também, para combater o modelo coletivista que no contexto da Guerra Fria era visto como favorável à influência soviética (Leite, 2013). No mesmo contexto, o facto das indústrias sisaleiras e de madeira, as plantações de tabaco e chá, as construções de estradas, pontes e caminhos-de-ferro recrutarem mão-de-obra à força, sobretudo masculina, por períodos de seis meses, em condições desumanas, proporcionou, de acordo com Allen Isaacman (1991: 225), a progressiva feminização de mão-de-obra para o cultivo de algodão. Estes fatores contribuíram para que em 1960-1961 a presença de mulheres em cooperativas indígenas fosse considerada importante na produção agrícola. João Leite (2013) refere que a presença da população feminina nas cooperativas trouxe mudanças no seio da família, pois as velhas superstições terminaram e as mulheres passaram a ser responsáveis pelo cultivo de culturas

² As mulheres estavam, de facto, proibidas de migrar para as cidades e para a África do Sul pelas leis coloniais e pelas políticas de recrutamento para as minas que não incluíam mulheres (Newitt 1995). Contudo, existem registos na província de Gaza de alguns casos de mulheres que migravam da província de Gaza para Maputo e para a África do Sul, o que formalmente apenas era possível com a aprovação de um familiar masculino. As atividades económicas desenvolvidas em contextos migratórios eram na sua maioria de carácter informal (como o fabrico local de cerveja); frequentemente vinham a ser consideradas “raparigas perdidas” ou prostitutas, e tornavam-se, geralmente, mães solteiras conduzindo vidas muito difíceis (Isaacman e Isaacman, 1983).

³ Estudos realizados por Manghezi (2003a) revelam que a cultura obrigatória do algodão causou muito sofrimento na região sul de Moçambique, onde homens, mulheres e crianças eram obrigados a trabalhar incessantemente nos campos de algodão sob fortes ameaças do Governo colonial. Vítimas em muitos casos de castigos foram obrigadas a abandonar o cultivo de culturas alimentares, passando por longos períodos de fome e miséria (Mondlane, 1995). Na linha de Isaacman (1991:198), a exploração intensiva do solo com as culturas de rendimento, culturas obrigatórias e áreas excessivas de algodão em detrimento de culturas alimentares conduziu a situações de fome, epidemia e exaustão dos solos. O autor refere que este facto contribuiu para que as companhias concessionárias reforçassem as campanhas do trabalho no sistema de cooperativas.

de rendimento e alimentares. Na mesma perspetiva, a mulher passou a ser considerada pelo Governo colonial como o centro da vida rural e o pilar fundamental para a evolução da comunidade.

Em 1962 o cooperativismo promove o desenvolvimento equilibrado, onde homens e mulheres deveriam estar presentes, procurando abranger, não só a atividade agrícola, mas também todos os sectores da vida social, economia e técnica das populações indígenas. A aposta estava em ajudar as mulheres de maneira a que elas fossem capazes de conjugar as responsabilidades domésticas, tanto de ordem prática como social ou moral, com os trabalhos nas plantações no sistema cooperativista. No mesmo contexto, prepará-la para compreender os novos problemas que mais tarde ou mais cedo surgiriam pela ação do desenvolvimento (educação dos filhos e higiene do lar, ensinar-lhe como repartir o tempo entre as suas obrigações domésticas e as de exploração rural, ajudá-la na organização da casa e da cozinha). A preocupação fundamental na ação do meio social, consistia em prepara-la com base tanto em demonstrações práticas, de maneira a que ela fosse parte ativa dos trabalhos realizados na cooperativa e na sua própria casa (Leite, 2013:14). A verdade é que a produção da cultura do algodão ocupava muito tempo às mulheres e suas famílias, o que não deixou de provocar problemas na produção de culturas alimentares, conseqüentemente prejudicavam a segurança alimentar das suas famílias, sobretudo na região Norte de Moçambique, onde o plantio de algodão foi intensivamente fortificado⁴ (Isaacman, 1991: 213).

Em 1964, quando se inicia oficialmente a luta armada pela independência de Moçambique, surge o primeiro movimento de emancipação das mulheres. Tal como noutros países africanos, as mulheres em Moçambique participaram nos movimentos de libertação nacional. Isabel Casimiro (2004: 137-138) explica que o partido no poder (Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO) foi um dos grandes defensores de que o processo de integração das mulheres em diferentes esferas da vida deveria ocorrer em simultâneo com a luta pela independência de Moçambique. Os grupos de mulheres foram conferindo notoriedade durante o período de guerra. De acordo com Mary Nash (2004), em vários países africanos as mulheres desempenharam um papel fundamental para o desenvolvimento de políticas de

⁴ Este acontecimento demonstra que o cooperativismo não surgiu para promover o desenvolvimento equilibrado como se queria deixar transparecer, pois as mulheres passaram a acumular mais horas de trabalho nas plantações de algodão. De tal forma que comprometeu a segurança alimentar da sua família que era a principal fonte de mão-de-obra para as plantações e para outros trabalhos forçados e obrigatórios. Assim, a real preocupação era prepará-la para que ela fosse capaz de desempenhar várias funções ao mesmo tempo.

independência nacional face ao imperialismo colonial. Em Moçambique foi possível durante a luta armada iniciar os primeiros passos para as relações sociais de género baseados na igualdade de direitos e deveres (Casimiro, 2004).

Contudo, as perceções de mulheres e homens sobre as relações sociais de género pouco se alteraram, segundo Casimiro (2004:141). Nas zonas libertadas (onde viviam sobretudo mulheres e crianças), as mulheres continuavam a desempenhar atividades de carácter doméstico, para além da sua participação na luta armada (alimentar os guerrilheiros, manter a segurança das zonas libertadas, infantários e centros de saúde, treinar e participar em combates). De realçar que a participação das mulheres na luta armada obrigou a um repensar do papel das mulheres na sociedade a edificar. Porém, não se verificou um repensar das tarefas reprodutivas das mulheres, ou seja, das tarefas invisíveis que já a ocupavam e que contribuía para aumentar o seu tempo de trabalho no âmbito da divisão sexual do trabalho⁵.

Por volta dos anos 1970, num contexto em que Moçambique se encontrava em guerra, surgem nos programas internacionais de desenvolvimento os paradigmas Mulheres no Desenvolvimento (WID), Mulheres e Desenvolvimento (WAD) e Género e Desenvolvimento (GAD)⁶. Estas abordagens não tiveram impactos sobre a vida das mulheres em Moçambique, pois as preocupações estavam relacionadas com a independência do país e a inclusão das mulheres nos processos da luta de libertação nacional (Nhamtumbo e Meneses, 2005).

Em 1973, em virtude da luta de libertação nacional, surge a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) com o objetivo de integrar as mulheres na vida política, económica e social do país, garantindo a participação efetiva das mulheres nos processos de tomada de decisão (Mondlane, 1995; Casimiro, 2004:90-183). Em 1975, Moçambique alcança a sua independência e no discurso de proclamação da independência existia uma preocupação em relação à emancipação da mulher que passo a citar:

“A República Popular de Moçambique, seguindo a linha da FRELIMO, empenhar-se-á no combate pela emancipação da mulher, pela libertação total

⁵ Na ótica de Joan Scott (1994) as desigualdades das mulheres nas relações de trabalho são provenientes da divisão do trabalho e baseiam-se na dominação e apropriação do trabalho reprodutivo que é efetuado pelas mulheres. A autora explica ainda que a separação entre “lar” e “trabalho” concorreu para legitimar e minimizar a experiência de trabalho das mulheres, o que contribuiu para acentuar a invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres.

⁶ Estes conceitos foram desenvolvidos por Ester Boserup em 1970 e significam em inglês *Women and Development* –WID; *Women and Development*- WAD e *Gender and Development*-GAD.

das diversas formas de opressão tradicional e capitalista, a fim de que ela retome o seu papel de cidadã de pleno direito na nossa sociedade, dando-lhe todo o seu contributo político, cívico e social” (Samora Machel, 1975:3).

1.2. O período pós-independência

No período pós-independência (1976), foram tomadas medidas no sentido de garantir a integração das mulheres na produção agrícola em moldes coletivos, através das aldeias comunais e cooperativas, o que na ótica do Governo de Moçambique iria conferir maior envolvimento das mulheres nos sectores chave de desenvolvimento rural. Acreditava-se que a sua participação ao lado dos homens era fundamental para o desenvolvimento da agricultura no meio rural (Casimiro, 2004:184). Por outro lado, foi notória a mobilização para a participação das mulheres na vida política (através da ocupação de cargos de governação). Embora com presença reduzida, as mulheres servem-se da sua posição para influenciar as políticas sociais de desenvolvimento do país. Os seus objetivos passavam por criar e introduzir as mulheres e o conceito de género nos programas governamentais (Loforte, 2000). O surgimento da guerra civil, no mesmo ano, teve impactos diferenciados sobre a vida de homens e mulheres, bem como sobre a sua participação nos movimentos cooperativistas espalhados um pouco por todo o país (Dinerman, 1999). As mulheres eram vistas como recurso, pois garantiam o cuidado e o fornecimento dos serviços sociais nas aldeias. A OMM era responsável por mobilizar e envolver as mulheres na criação de cooperativas e machambas do povo, para a realização de trabalhos coletivos (Casimiro, 2004).

Num contexto de guerra civil em diferentes partes do país, surge em 1983 a Operação Produção⁷ com o objetivo de retirar homens (sobretudo os desempregados) e mulheres (solteiras, prostitutas e vendedoras informais) considerados “improdutivos” das zonas urbanas para o meio rural. Assistiu-se a uma regressão na luta pela igualdade de direitos, pois as operações de evacuação de homens e mulheres eram baseadas na força e sem confirmação prévia sobre o seu estado improdutivo. Estudos realizados por Carlos Quembo (2017: 80) explicam que eram enviadas pessoas com menos de 18 anos e mais de 60 anos e mulheres

⁷ Este processo estava assente, na evacuação de pessoas (homens, mulheres, com idade igual ou superior a 18 anos) em situação “irregular” ou de “improdutivo urbano” (faziam parte deste grupo os desempregados ou pessoas que não conseguissem provar a sua condição de trabalhadora formal) a residir nas cidades, para desenvolver atividades produtivas nas zonas rurais, com destaque para a região norte do país (Niassa e Cabo Delgado). O processo foi coercivo, onde todos os improdutivos urbanos deviam ser detidos e evacuados, para os locais determinados. A OMM fazia parte das autoridades que colaborava com o Estado, juntamente com os Grupos Dinamizadores, chefes dos bairros, Organização da Juventude Moçambicana, entre outros (Quembo, 2017:14-15).

injustamente acusadas de prostitutas ou de mães solteiras. Esta operação durou cinco anos (1983-1988) e foi marcada por injustiças sociais, agressões, abusos contra as mulheres e dos direitos humanos, em geral. Após o término da Operação Produção as vítimas recrutadas não tiveram qualquer enquadramento profissional e muito menos apoio para reencontrar as suas famílias (Quembo, 2017: 91-92).

Os processos de globalização e de reestruturação económica ocorridos entre os anos 1980 e 1990, com modelos neoliberais, produziram impactos desiguais à escala local e individual e com consequências diferenciadas para homens e mulheres. Particularmente, as mudanças ocorridas desencadearam o aumento do trabalho realizado pelas mulheres, o aparecimento de novas divisões de trabalho bem como uma distribuição mais desequilibrada de todas as formas de trabalho ao nível dos agregados familiares (Casimiro, 2009:11).

A introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), em 1987, mais tarde designado por PRES (Programa de Reabilitação Económica e Social), teve efeitos na diminuição de empregos assalariados, encarecimento do custo de vida e desemprego nas cidades, num contexto de pós-guerra e de fome, o que obrigou muitas mulheres urbanas a ter de arranjar fontes de rendimento através da confeção e venda de alimentos, frequentemente em *dumbanengues* (mercados informais) ou através de comércio informal. A entrada das mulheres no mercado de trabalho e na economia de mercado significou o acumular de uma nova função, uma vez que a atividade doméstica continuou sob a sua responsabilidade⁸. Na linha de Sónia Piepoli (2008), a crise vivida contribuiu para que muitas mulheres tomassem a decisão de procurar, por si próprias, uma solução para os problemas económicos das suas famílias. Numa primeira fase, foi precisamente no sector alimentar que as mulheres apostaram, fazendo uso de um conjunto de competências nesse domínio na preparação de alimentos cozinhados para vender. Apesar de todos os esforços da FRELIMO para promover

⁸ Apesar desta dupla resposta à constituição e generalização da economia de mercado, as mulheres enfrentaram a dicotomia entre os trabalhos produtivos e não produtivos e entre as esferas pública e privada (doméstica). Salvaguardando a diferença de contextos, recorde-se que, como demonstram Joan Scott (1994) e Rose-Marie Lagrave (1995), durante o século XIX, na Europa, à medida que a sociedade industrializada e a ideologia da domesticidade feminina se afirmavam, as mulheres foram tendo mais dificuldade em aceder ao trabalho assalariado, sobretudo longe de suas casas, pois os empregadores, para fazer face aos seus interesses especificavam muitas vezes a idade limite para as suas trabalhadoras e, por vezes, excluíam mulheres casadas ou então contratavam mão-de-obra imigrante, sujeitada a violência e salários baixos. A vulnerabilidade feminina era descrita de muitas maneiras e alegava-se que o trabalho as distraía das suas tarefas domésticas, além de as expor ao perigo sexual e à corrupção moral. Nem a atividade doméstica nem o trabalho remunerado das mães eram visíveis ou relevantes. Consequentemente, considerava-se que os trabalhos das mulheres eram menos produtivos do que os dos homens e que elas não produziam valor económico significativo.

a emancipação da mulher, “no campo das relações e lugares sociais de homens e mulheres pouco tinha mudado” (Piepoli, 2008: 261), pelo que os primeiros esforços das mulheres foram realizados de uma forma muito discreta, escondendo o papel de negociantes por detrás da imagem de dona de casa. Numa segunda fase, as mulheres começaram a ponderar a possibilidade de se especializarem no tráfego de produtos agrícolas, que seriam fornecidos às mulheres cozinheiras. Como explica a autora, é neste contexto que se verificou um aumento substancial do número de dumberengues, sobretudo na região sul de Moçambique.

1.3. Da guerra dos 16 anos à atualidade

Em 1992, aquando da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), é declarada a importância das autoridades locais e iniciado o Programa de Reforma dos Órgãos Locais (PROL), que criou os órgãos do poder local. Em 1994 foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias e reconhecidas as autoridades tradicionais no meio rural (lei 3\94), o que permitiu que as mulheres ocupassem lugares de líderes tradicionais, como Rainhas, crescendo o número de mulheres deputadas na Assembleia da República (25%), o que lhes proporcionava uma maior presença nos processos de tomada de decisão (Casimiro, 2004). Porém, a presença, tanto das mulheres, como dos homens, foi marcada por um período em que a prioridade era a ideologia do poder partidário centralizado e a sua participação no processo de tomada de decisão estava dependente de autorização prévia. Este facto retirava, sobretudo às mulheres a autonomia e competência na resolução dos problemas (Mejia et al., 2005:47).

Após o AGP (1994), Moçambique incorpora, efetivamente, as mulheres e as relações de género nos seus planos estratégicos de forma a promover a igualdade entre mulheres e homens nos seus programas. No mesmo contexto, promove-se a educação, saúde, emprego e redução da pobreza e das assimetrias de género.

Moçambique ratificou convenções internacionais e aprovou instrumentos legais que garantem os direitos humanos e a participação igualitária entre homens e mulheres em todos os campos de atuação, com vista ao empoderamento das mulheres e das raparigas.

De uma forma geral, pode-se dizer que começam a surgir mudanças graduais na participação das mulheres no mercado de trabalho. Esta é uma consequência direta da influência das organizações de mulheres através do seu trabalho, troca de informação, rede de intercâmbio e pressão sobre a inclusão dos assuntos de género nos programas governamentais. Nota-se, através das estatísticas de género (INE, 2015 e 2016), que existe uma maior diversificação

do trabalho que é realizado pelas mulheres ao nível das zonas urbanas e rurais. Os avanços são notórios ao nível da ocupação de postos de maior hierarquia de poder e de tomada de decisão, tais como deputadas da Assembleia da República (40%) e de assembleia provincial (35%), ministras (28,6), governadoras provinciais (36%), administradoras distritais (20%), secretárias permanentes provinciais (54,5%), diretoras distritais (41%), chefes de posto (15%). O mesmo se verifica ao nível dos serviços (24,0%) e criação do autoemprego no sector agrícola (82,4%) e não-agrícola (59,3%). Porém, existem desafios em relação à educação das raparigas, pois a taxa líquida de escolarização no ensino secundário (13,8%) não atinge um quinto da população feminina em idade escolar. Na linha de Maimuna Ibraimo (2017) este facto influencia para a fraca ação das mulheres nos processos de tomada de decisão e, conseqüentemente, contribui para a sua invisibilidade no desenvolvimento económico do país. Estes fatores contribuíram para a existência de desigualdades de género, pois de acordo com o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o país encontra-se na posição 138 de um total de 160 países analisados em 2018.

Capítulo 2 - As mulheres e o enquadramento legal em Moçambique

2.1. O direito e as orientações internacionais

Os Instrumentos legais e as convenções que são apresentadas a seguir fazem parte de um conjunto de documentos internacionais que foram ratificados ou subscritos por Moçambique.

A Carta das Nações Unidas, aprovada em junho de 1945, é considerada o instrumento legal mais importante de todas as nações que têm em vista o alcance da igualdade de direitos entre mulheres e homens (Carta das Nações Unidas, 1945).

A Declaração das Nações Unidas em 1948, afirma pela primeira vez o respeito pelos direitos humanos sem distinção de raça, sexo, língua e religião, referindo no artigo 1.º que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para os outros em espírito de fraternidade” (Declaração das Nações Unidas, 1948).

A Convenção (da ONU) sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), que foi ratificada pelo Governo de Moçambique em 1993, obriga os Estados signatários a rever toda legislação discriminatória e a aprovar novas leis que

permitam eliminar quaisquer discriminações existentes contra a mulher e a monitorização do seu cumprimento é assegurada por um Comité que avalia regularmente cada Estado.

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos - Viena, 1993 (ONU) estabelece pela primeira vez que “Os direitos humanos das mulheres são uma parte inalienável, integrante e indivisível dos direitos humanos universais”.

A Plataforma de Ação de Beijing (ONU), aprovada em 1995, foi adotada por 189 países, incluindo Moçambique. Estabeleceu áreas prioritárias de Ação para a promoção da capacitação das mulheres e superação das discriminações de género (Plataforma de Ação de Beijing, 1995).

A Declaração de Género e Desenvolvimento da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) foi ratificada por Moçambique em 1997. Esta declaração compromete os países signatários a rever as leis discriminatórias e a aprovar novas, de forma a eliminar os fatores que limitam o acesso aos espaços de tomada de decisão e o controlo dos recursos pelas mulheres (Protocolo da SADC sobre género e desenvolvimento, 1997).

A Carta Africana sobre dos Direitos Humanos e das Pessoas e Direitos das Mulheres foi ratificada em 2005. Esta Carta reforça as medidas adotadas para eliminar qualquer tipo de discriminação contra a mulher em África e protege os seus direitos. Reforça igualmente os direitos da mulher africana sobre a terra (Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, 1979).

A Declaração dos Objetivos do Milénio foi adotada em 2000 por 189 Estados Membros da ONU, que se comprometeram a atingir um conjunto de objetivos específicos de modo a combater a pobreza e a promover o desenvolvimento sustentável, bem como garantir a ampliação das ações tendentes a facilitar a eliminação de desigualdades no acesso aos bens, serviços e direitos entre homens e mulheres (Nações Unidas, 2000).

A Agenda 2030, que integra 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi adotada em 2015 por 169 países integrantes da ONU e Moçambique foi um dos 53 países selecionados para realizar consultas nacionais para a definição das prioridades da Agenda. Construída sob o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, a agenda visa particularmente os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável integram e equilibram três

dimensões do desenvolvimento sustentável: a económica, a social e a ambiental (Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2015).

2.2. O quadro legal nacional

Em Moçambique, a Constituição da República, elaborada em 1975, dá corpo à igualdade de género perante a lei, prescrevendo os princípios reguladores dos direitos, dos deveres e das relações entre homens e mulheres. Este princípio foi retomado e consolidado na Constituição da República de 1990, 2004 e 2018, concretamente nos artigos 67.º, 36.º, 36.º respetivamente, que estipulam que o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural. No mesmo contexto a lei da família 10/2004 no seu artigo 37.º garante a proteção e igualdade de direitos e deveres de todos os membros da família e dos cônjuges entre si. A lei de terras 19/1997 no seu artigo 19.º, igualmente refere que tanto as mulheres como os homens podem ser sujeitos do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT). A lei do ambiente 20/1997 no seu artigo 4.º, garante o princípio da igualdade, de oportunidades no acesso e uso dos recursos naturais a homens e mulheres. A lei de ordenamento do território 19/2007 no seu artigo 4.º garante o princípio da igualdade no acesso à terra e aos recursos naturais, infraestruturas, equipamentos sociais e serviços públicos por parte dos cidadãos, quer nas zonas urbanas quer nas zonas rurais.

Em Moçambique existem, igualmente, programas e planos que têm como objetivo aliviar a pobreza e minimizar as desigualdades existentes no seio da população por meio da implementação de vários projetos (como PARPA⁹ I, II, Agenda 2025, Agenda 2030 entre outros) que, de acordo com Ana Loforte (2000:137-138), originaram alterações nas condições socioeconómicas de homens e mulheres, nas suas práticas quotidianas, bem como nos sistemas de valores e representações. Estas alterações conduziram, no geral, à pluriatividade dos membros das unidades familiares, mas com impactos diferenciados para mulheres e homens e de acordo com a sua posição económica, estatuto e idade.

O Plano Nacional para o Avanço da Mulher (PNAM) determinou a criação em Moçambique (através dos instrumentos internacionais e dos acordos regionais assinados e ratificados pelo Governo), a partir de 2000, do Ministério da Mulher e Ação Social (MMAS), denominado recentemente (2015) por Ministério do Género, Criança e Ação Social (MGCAS). Esta passa a ser a instituição do governo responsável por dirigir, executar e implementar políticas com

⁹ Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta - PARPA.

vista a promover a igualdade de género no país. No quadro destas responsabilidades do Ministério, a Direção Nacional da Mulher (DNM) assume o compromisso pela definição e promoção de diversos programas de apoio visando o empoderamento das mulheres, através da coordenação de programas sensíveis ao género.

A Política de Género e Estratégias de Implementação (PGEI) foi aprovada em Março de 2006 pelo Conselho de Ministros. A PGEI é a base legal formal para a implementação das políticas de género nos diferentes sectores do Governo. De acordo com Conceição Osório e Teresa Silva (2008) a PGEI apresenta como princípios básicos contribuir para a redução das desigualdades de género e promover uma mudança gradual de mentalidades de modo a limitar as situações de desigualdade existente na esfera social, económica, política e cultural.

Por sua vez, o plano quinquenal do governo (2015-2019), através do seu programa, estimula a proteção, a promoção e o empoderamento das mulheres como prioridades para o desenvolvimento económico e social do país. Declara, também, que o capital humano e social é um alicerce importante para a promoção do desenvolvimento socioeconómico e sustentável de Moçambique.

**PARTE II – GÉNERO E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO
RURAL NO DISTRITO DE MONAPO.**

Capítulo 3 – Panorama histórico e sociocultural do povo macua em Monapo

3.1. A organização familiar e o casamento

A província de Nampula em geral e Monapo em particular são regiões predominantemente matrilineares e exogâmicas¹⁰, o que significa que o casamento deve fazer-se fora da linhagem ou clã (*Nihimo*¹¹). Os filhos de um casal nestas sociedades pertencem ao *Nihimo* da mãe. O homem vindo de fora e de outra linhagem quando se casa integra-se na célula familiar da mulher. O tio materno é o responsável pela educação das crianças, bem como assume a responsabilidade de distribuir as terras pelas sobrinhas casadas, onde o casamento é matrilocal, assim como pelos sobrinhos uterinos que residem naquele território (Medeiros, 1985; Geffray, 1990; Marreto et. all. 1995).

Estas dinâmicas culturais têm sofrido diversas alterações relacionadas com o casamento. Casimiro (2008), Pereira (1999) e Arnfred (2001) explicam que os fatores que contribuíram para as alterações na estrutura de parentesco dos Macuas estão relacionados com o comércio de longa distância, particularmente o marfim e escravos, conflitos entre linhagens e a Islamização nos finais do Séc. XVIII.

A influência Islâmica mudou gradualmente as características do casamento do povo Macua que era tradicionalmente monógamo (Negrão, 2000; Chilundo, 1999). Na linha de Chilundo (1999:227), o islamismo contribuiu para que os casamentos fossem poligâmicos. Este tipo de casamento foi intensificado após a implementação do imposto de palhota, quando se assistiu a um número cada vez maior de mulheres solteiras ou viúvas que procuravam a proteção de um marido. Os homens por sua vez acharam o casamento poligâmico economicamente vantajoso. Quanto mais mulheres tivessem, maior seria a produção de que poderiam dispor.

A sociedade macua passou a admitir o matrimónio poligâmico, não como forma de apoio na produção, mas como sinal de grandeza e como instrumento de defesa. Quando assim é, o

¹⁰ Os macuas devem casar-se fora da linhagem. É proibido casar dentro do próprio grupo familiar entre aqueles que têm o mesmo apelido (*Nihimo*). Por isso a tradição aconselha a se consultar antes de qualquer envolvimento, a que linhagem pertence o seu parceiro (Martínez (2008:135).

¹¹ De acordo com Martínez (2008:56) a matrilinearidade Macua é constituída pelo *nloko*, que é um conjunto de unidades uterinas. Assim o termo *Nihimo* deriva do facto de todos os membros do conjunto de unidades uterinas (*nloko*) usar o mesmo apelido familiar, designado por *nihimo*, que implica fundamentalmente três pontos, um aspeto afetivo entre os membros, as relações de fraternidade; uma etiqueta própria (leis convencionais de procedimento assumido pela comunidade (normas de comportamento para cada categoria de pessoas dentro da sociedade Macua); Aspeto Jurídico, direitos e deveres positivos e negativos que orientam as mútuas relações (leis de hospitalidade, de solidariedade, de exogamia e outra).

homem vive com a primeira esposa. As outras mulheres moram cada qual na sua aldeia com o seu grupo familiar, perto da residência da sua mãe. O marido visita-as em turnos. Quando o marido é chefe de aldeia ou régulo ou ocupa um lugar importante na sociedade, as várias mulheres partilham o mesmo espaço, vivendo em casas próximas uma das outras, formando de facto um único conjunto residencial (Martínez, 2008).

De acordo com Osório (2006) as mudanças em Monapo são verificadas ao nível do local de residência, pois depois do casamento o casal passa a residir nas terras do homem e, mesmo nos casos em que vive algum tempo na zona da mulher, posteriormente o casal transfere-se para as terras do marido ou para as chamadas “zonas neutras”, facto que foi igualmente constatado por Aleia Agy (2018). Osório (2006: 9-13) explica que esta situação reflete a perda de influência das estruturas familiares, uma vez que o abandono da matrilinearidade¹² reforça o modelo patriarcal e se traduz num enfraquecimento dos laços entre casais. Constatase que, mesmo existindo a estrutura matrilinear, o homem é sempre identificado (por mulheres e homens) como o chefe da família¹³ e como o dono da terra. Para os homens, ser chefe de família é “educar as mulheres e as crianças”, “vender produtos” e “construir casa”.

3.2. A matrilinearidade e a divisão do trabalho

Os ritos de iniciação dentro das comunidades matrilineares influenciam a vida laboral das mulheres e dos homens (cf. Osório & Macuácuá, 2013). Em Monapo e na maioria das comunidades macuas, quando chegam à puberdade, os rapazes e as raparigas são levadas para cumprirem o seu rito de iniciação¹⁴ que é considerado como a “passagem para a fase adulta” (Osório, 2014). As meninas são ensinadas a ter respeito no lar, a sua sexualidade¹⁵, bem como sobre a divisão sexual do trabalho dentro do agregado familiar. Por sua vez, os

¹² A descendência matrilinear fortalece a posição das mulheres na sociedade porque após o divórcio a casa e os filhos continuam a constituir parte da família da mulher (Arthur et. al. 2011).

¹³ O Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique (INE, 2013:16), considera que para efeitos de aplicação de inquérito o chefe do agregado familiar é a pessoa responsável pelo agregado, que deve ser residente, podendo estar presente ou não no momento do recenseamento ou do inquérito, desde que a ausência seja inferior a 6 meses.

¹⁴ Osório (2014) explica que, no geral, os conteúdos transmitidos nos ritos de iniciação orientam os valores e os comportamentos das e dos jovens, preparando-os para no futuro, exercerem determinados papéis e funções sociais.

¹⁵ A vida sexual da rapariga é marcada após a primeira menstruação. Osório (2014:16) explica que depois do aparecimento do primeiro ciclo menstrual, os elementos que marcam a sexualidade da rapariga é a higiene que deve ser mantida, o alongamento dos lábios vaginais, um interrogatório sobre o seu sexo, bem como um conjunto de proibições que visa amedrontar a rapariga e ao mesmo tempo ensiná-la a resguardar-se de olhares estranhos.

homens aprendem a construção de pequenas palhotas, a caça, o seu papel no lar e como devem ser servidos pelas suas mulheres (Martínez, 2008; Osório 2014).

Depois do casamento o homem deve demonstrar o seu talento na realização de trabalhos, sobretudo se ele estiver a viver nas terras da família da sua mulher, pois considera-se que é através da boa convivência com os sogros que ele conseguirá adquirir um espaço de terra para construir a sua palhota (Geffray, 1990). Portanto, todas as manhãs o jovem deve estar preparado para trabalhar juntamente com o seu sogro, assim como deve apoiar nas tarefas domésticas (ir buscar água, cortar lenha). Os homens da família são responsáveis por trabalhar a terra, eles é que revolvem e semeiam a terra, cuidam dos rebentos, sacham e colhem os produtos da machamba. Depois deste trabalho, os produtos são entregues a sua sogra para serem guardados no celeiro (Geffray, 1990). Ao entrar no celeiro, o grão deixa de ser fruto do trabalho dos homens, para se tornar a subsistência vital comum, confiado à sensatez sábia das mulheres (Geffray, 1990; Arnfred, 2001).

A competência requerida para a administração dos produtos só é reconhecida à mulher por volta dos trinta anos, idade em que deixa de armazenar uma parte das suas colheitas nos celeiros da sua mãe para passar a geri-las quase totalmente sozinha. Com autoridade legítima, apenas as mulheres têm a capacidade socialmente reconhecida e, portanto, o poder, de administrar os celeiros. No mesmo contexto, às mulheres (às mães, e muito particularmente à avó pertencente ao agregado familiar) são atribuídas e reconhecidas socialmente a função de alimentar a família (Geffray, 1990).

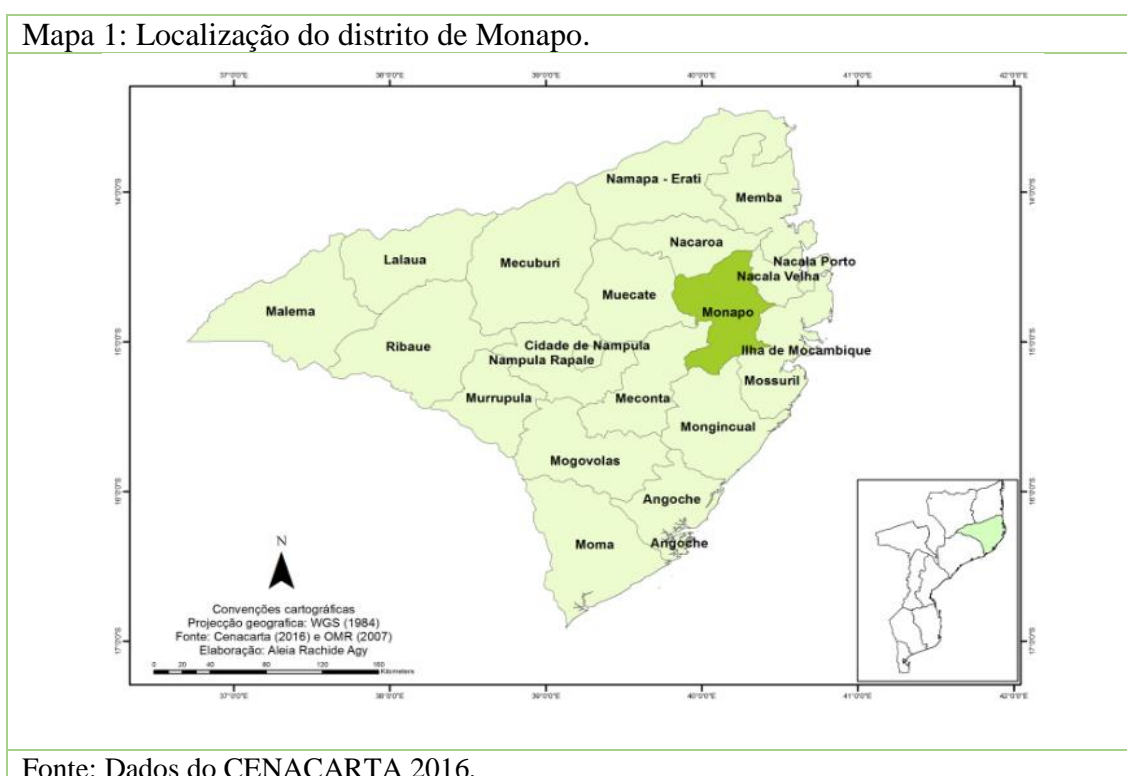
A comercialização agrícola é feita pelos homens da família, contudo os mesmos devem consultar a mulher sobre quais produtos levar ao mercado, pois na linha de Christian Geffray (1990:57) somente a mulher consegue saber que quantidade deve ser vendida e guardada para a alimentação familiar. Os valores provenientes do comércio dos produtos agrícolas são entregues à sogra e/ou à esposa para o controlo. Signe Arnfred (2001:191) explica que, mesmo nos casos onde existe consulta sobre a utilização do dinheiro, os homens acabam por dominar os mercados e ficar com parte dos valores destinados para a renda familiar (Osório e Macuácuá, 2013). Na linha de Agy (2018), pelo facto de os homens se tornarem bons comerciantes, eles acabam por controlar os produtos destinados para o comércio e as mulheres os produtos destinados a subsistência familiar. Assim estes mecanismos culturais refletem-se muito no papel que a mulher desempenha. Muitas delas transportam esta questão

cultural, que começa dentro do seu agregado familiar, para outras esferas da sua vida, definindo o seu papel na sociedade (Sarmiento, 2011:3-4).

Capítulo 4 - População e desenvolvimento socioeconómico do distrito de Monapo

4.1. Território e população

O distrito de Monapo localiza-se na província de Nampula e dista 125 km da cidade de Nampula pela EN12, sendo atravessado pela linha férrea que integra o corredor de desenvolvimento de Nacala, ligando o porto de Nacala ao Malawi¹⁶. O distrito possui 3 Postos Administrativos, Netia, Itoculo e Monapo-sede, e 9 localidades (Monapo sede, Nacololo, Canacuè, Mucujua, Netia-sede, Naculuè, Muatuca, Intoculo-sede, Chihíri e Murruto).

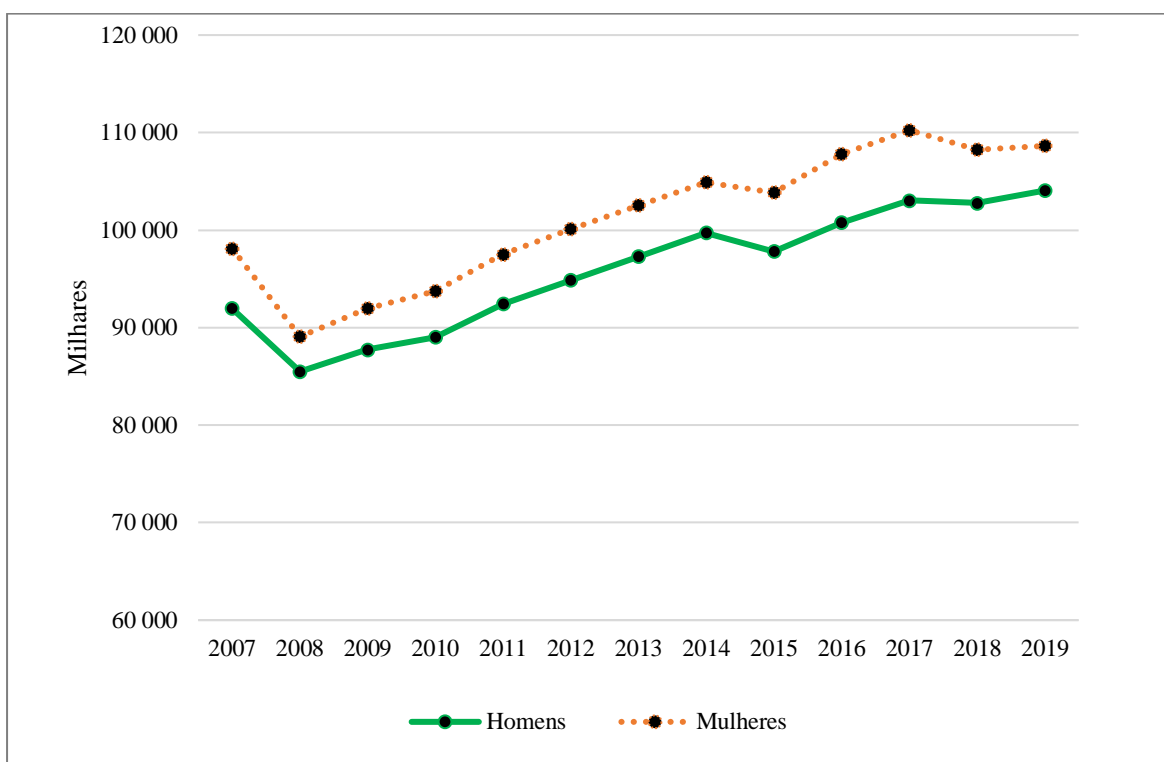


¹⁶ Do ponto de vista de acesso, o distrito é servido pelas estradas EN8, EN105, EN 106, EN236, EN567 e EN514. Monapo possui uma rede de 103 km de estradas asfaltadas (que fazem a ligação do distrito de Monapo e os diferentes distritos vizinhos) e 187 km de estradas secundárias (que ligam as do distrito com as diferentes localidades vizinhas) e 933 Km de estradas vicinais, que fazem a ligação entre a localidade e o povoado (SDPI, 2017). O distrito é atravessado pela linha férrea que faz parte integrante do Corredor de Desenvolvimento de Nacala ligando as cidades de Nacala-Porto e Nampula, e daí para Malema e Cuamba até ao Malawi. O distrito dispõe de um aeródromo situado na vila-sede. Monapo possui uma frota de operadores de transporte de passageiros e carga. No caso específico dos transportes de passageiros, estes cobrem as rotas Monapo-Nampula, Monapo-Ilha, Monapo-Mogincual, Monapo-Namialo, Monapo-Nacala, Netia-Namialo, Itoculo-Monapo e Malema-Nicane, numa frequência diária de ida e volta. Contudo, existem desafios em relação a expansão da frota que liga as localidades, bem como entre as localidades e o distrito, devido a degradação das estradas e a falta de financiamento para a reabilitação das mesmas (DNAL, 2012).

Com uma superfície de 3.564 km² e uma população recenseada em 2017 de 413.694 habitantes sendo 211.824 mulheres e 201.870 homens, o distrito de Monapo apresenta uma densidade populacional de 116.08 hab/ km² (INE, 2018).

De acordo com a projeção¹⁷ da população economicamente ativa¹⁸ (INE, 2007-2019), representada no Gráfico 1, é expectável que nos últimos doze anos, a população ativa tenha aumentado (crescimento de 12%), e que o aumento da população ativa feminina tenha superado em 3% o da população ativa masculina. A maioria (75,3%) da população no distrito de Monapo está em idade economicamente ativa. Este facto pressiona as estruturas do Governo local para a criação de postos de trabalho para atender à demanda populacional.

Gráfico 1: Projeção da população economicamente ativa no distrito de Monapo por sexo (2007-2019).



Fonte: Dados do INE, 2007-2019.

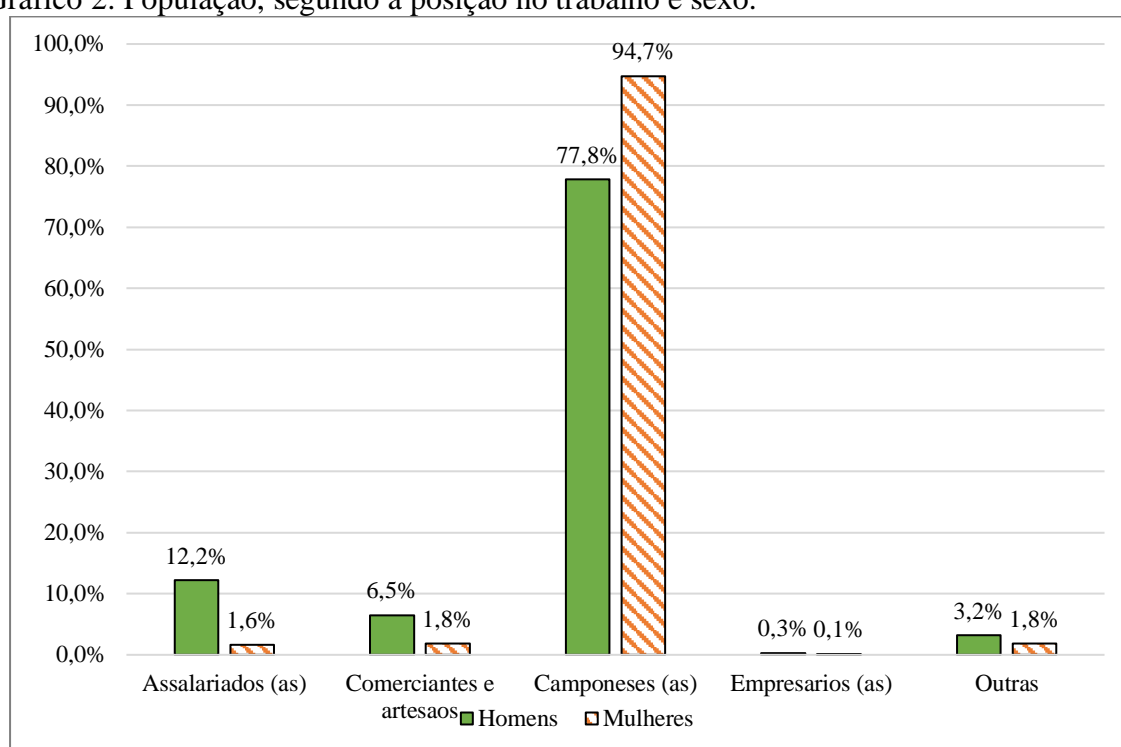
O gráfico 2 demonstra as diferenças existentes entre a população feminina e masculina que trabalha por conta própria e a que desenvolve atividades por conta de outrem que se

¹⁷ Estes dados foram retirados das projeções do censo realizado em Moçambique em 2007. Os dados referentes ao censo realizado em 2017 ainda não estão disponíveis para os distritos, pelo que o Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique aconselhou a utilizar, para o efeito, os dados da projeção.

¹⁸ De acordo com o INE (2017:21) a População Economicamente Ativa (PEA) é uma medida que procura mostrar a dimensão da mão-de-obra que esta a dar o seu contributo ou disponível para dar o seu contributo no mercado laboral do país. Compreende a todas as pessoas de 15 e mais anos, empregadas ou desempregadas, ou mesmo disponíveis para realizar qualquer atividade económica remunerada.

encontram distribuídas pelos diferentes sectores de atividade. Assim, nota-se que a maior parte da massa trabalhadora dos dois sexos trabalha por conta própria, sobressaindo o peso do campesinato. A população trabalhadora assalariada é reduzida, quer para homens, quer para as mulheres, embora estas sejam mais residuais. O gráfico 2 revela ainda que 94,7% das mulheres e 77,8% dos homens trabalham no sector agrícola familiar, sendo que apenas 1,6% são assalariadas, comparativamente, 12,2% dos homens que estão assalariados. De um total de 8,3% da população que trabalha na área do comércio e artesanato, a mulher ocupa 1,8% destes postos. Os outros sectores de emprego empregam 1,8% de mulheres e 3,2% de homens.

Gráfico 2: População, segundo a posição no trabalho e sexo.

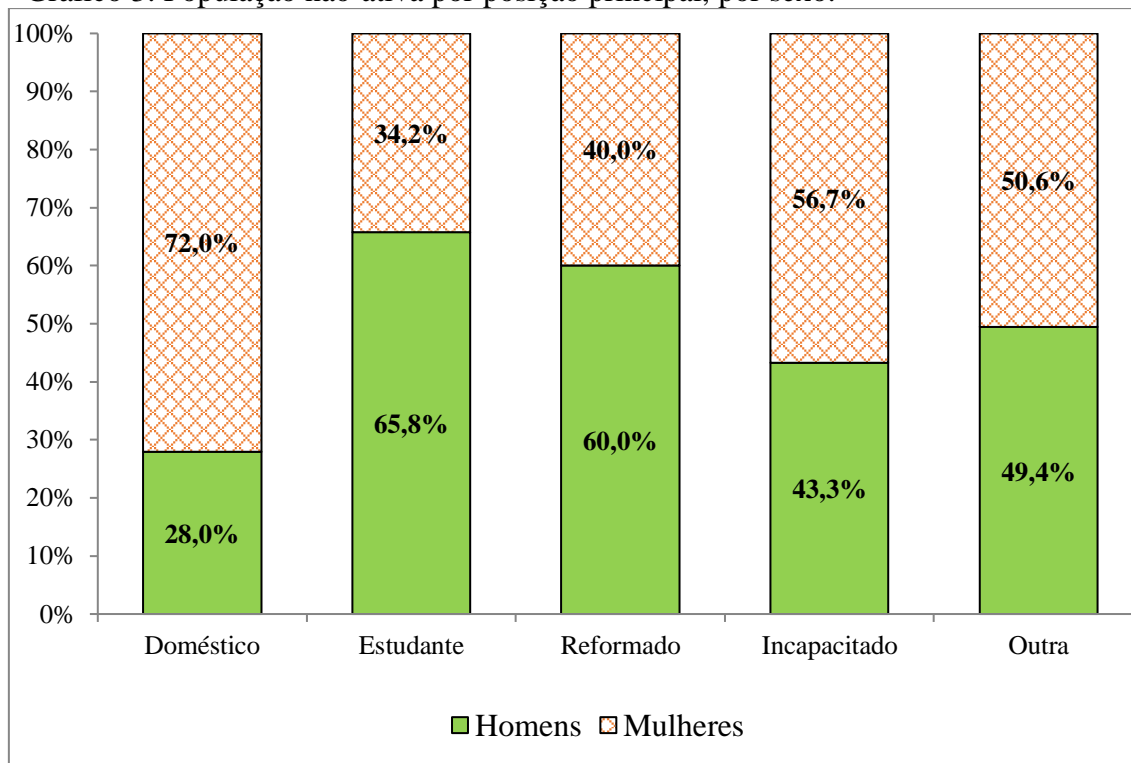


Fonte: Dados da DNAL, 2012.

Tendo em conta estes dados, pode-se considerar que os homens estão mais envolvidos no mercado de trabalho, na medida em que todas as atividades que este desenvolve é destinada a “produção de riqueza”, enquanto as mulheres, circunscritas na sua maioria a agricultura e produzem para o consumo familiar.

O gráfico 3 evidencia que, desagregando a população inativa¹⁹ por sexo e por categorias, as mulheres predominam na categoria de doméstica²⁰ (72,0%) e incapacitada (56,7%) enquanto os homens imperam na categoria de estudante (65,8%) e reformado (60%).

Gráfico 3: População não-ativa por posição principal, por sexo.



Fonte: Dados da DNAL, 2012

O trabalho das mulheres na alimentação e no cuidado da família é importante para a subsistência da família. Além de que é na família, onde são transmitidos os principais conhecimentos e informações sobre a vida em comunidade, todo este processo acontece ao

¹⁹ A população não economicamente ativa (PNEA) compreende o conjunto de todos indivíduos indisponíveis para o mercado laboral como estudantes, ou pessoas com menos de 15 anos ou ainda que exercem alguma atividade não remunerada (DNAL, 2012).

²⁰ De acordo com Ximena Andrade (1998:31) e Benigna Zimba (2002:42) é pela divisão sexual do trabalho que, numa perspectiva de género, as relações de poder em Moçambique ganham a sua dimensão num sistema desigual (sexo/género) construído socialmente dentro das famílias, onde a mulher é associada quase que de forma natural a domesticidade. Na linha de Agy (2018) a relação entre as atividades provedoras de rendimento, atividade agrícola e o trabalho doméstico, permite analisar a divisão do trabalho dentro do agregado familiar no Distrito de Monapo, onde as mulheres são responsabilizadas pela prestação de cuidados domésticos no “lar”. Tendo em conta que a construção da domesticidade, disseminada com a industrialização, se foi consolidando até aos dias de hoje (cf. Scott, 1994), compreende-se que com o desenvolvimento industrial se tenha criado uma nova ideia de trabalho produtivo, bem como do local onde o mesmo é realizado (Pinto, 2008:157). A autora (2008) refere ainda que, por esse motivo a domesticidade tem sido frequentemente e de forma ideológica associada a improdutividade e à figura feminina. Este paradigma foi exportado pelas potências europeias para os seus domínios coloniais à medida que nestes se foi introduzindo a produção para a economia de mercado.

nível doméstico, onde as mulheres encontram-se em maioria. A presença das mulheres reformadas, embora que em minoria quando comparadas com os homens, reflete a sua contribuição económica quando estavam na posição de economicamente-ativa.

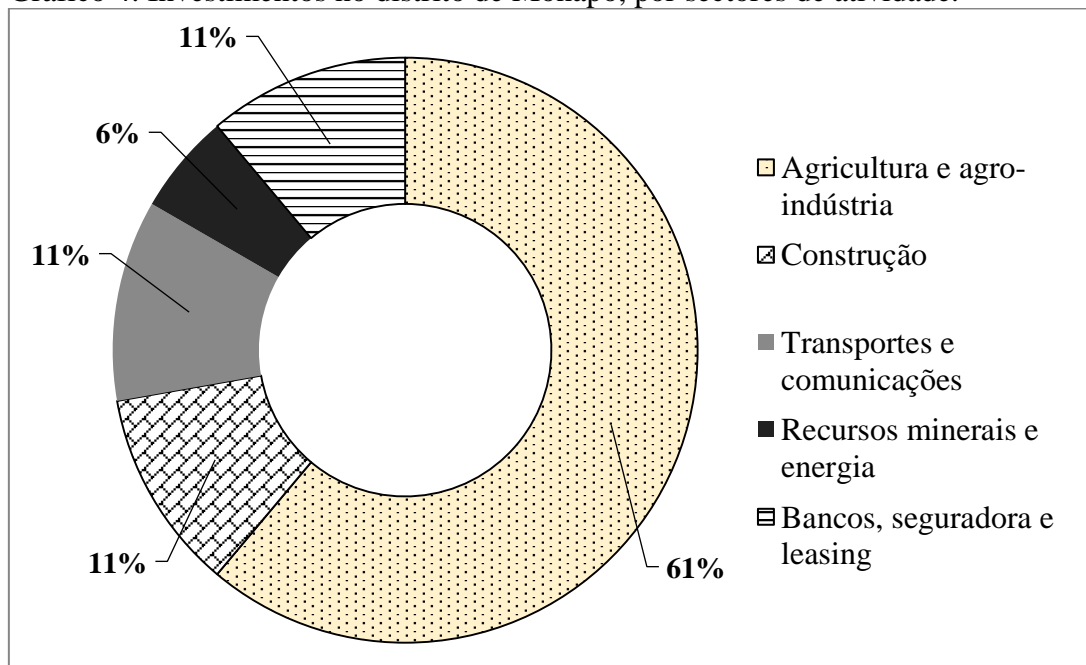
4.2. Setores de atividade, financiamentos e crescimento económico

O sector agrário é o que envolve a maior parte dos agregados familiares de Monapo (88,1%), os restantes, sem muita representatividade no distrito compreendem o sector do comércio, transporte e serviços (7,5%) e o sector da indústria, energia e construção (4,4%).

4.2.1. Agricultura e agro-negócio

De acordo com os SDAE (2017) destacam-se dois tipos de agricultura²¹ a de subsistência onde predomina a mão-de-obra feminina (54,2%) e a de rendimento com presença sobretudo dos homens. As principais culturas alimentares para o sector familiar são a mandioca, o milho e o amendoim. A agricultura de rendimento é praticada, principalmente, em moldes empresariais, sendo o algodão, a castanha de caju, o sisal e a banana as culturas mais desenvolvidas. A participação do sector familiar na produção de culturas de rendimento acontece, sobretudo, através das culturas de gergelim, algodão, soja e caju.

Gráfico 4: Investimentos no distrito de Monapo, por sectores de atividade.



Fonte: Dados do CPI,2017 e SDAE, 2017.

²¹ De acordo com o SDAE (2017), a maior parte dos produtos é comercializado ao nível de Moçambique e do estrangeiro. As culturas que mais são exportadas são o gergelim, o caju, algodão e o sisal.

O distrito de Monapo tem beneficiado de projetos de investimento que, como se encontra representado no Gráfico 4, estão direcionados na sua maioria para a promoção do agro-negócio (61%). As atividades desenvolvidas no sector agrário compreendem o processamento, produção, descaroçamento e outros pequenos investimentos na agricultura através do Fundo de Desenvolvimento dos Distrito. A agricultura e o agro-negócio criaram, de uma forma geral, cerca de 3.636 novos postos de trabalho em 2017, sendo 1.905 ocupado pelos homens e 1.731 pelas mulheres (SDAE, 2017).

Quadro 1: Número de trabalhadores/as, por sexo, em empresas com investimento na agricultura e no agro-negócio.

Nº	Nome da empresa	Nº de trabalhadores/as		
		Homens	Mulheres	Total
1	Olam	735	1686	2421
2	CIM	105	6	111
3	Sisaleira de Ramiane	155	12	167
4	Sisaleira de Jagaia	125	0	125
5	Sisaleira de Mecuco	250	12	262
6	San – Oil	244	0	244
7	ADPP-Nicane	55	15	70
8	Maziotela	21	0	21
9	Corridor Agro	130	0	130
10	Amarula Farms	10	0	10
11	Quinta Golden Crest	50	0	50
13	Alfa Agricultura, Sociedade Unipessoal	25	0	25
Total		1905	1731	3636

Fonte: Dados do SDAE, 2017.

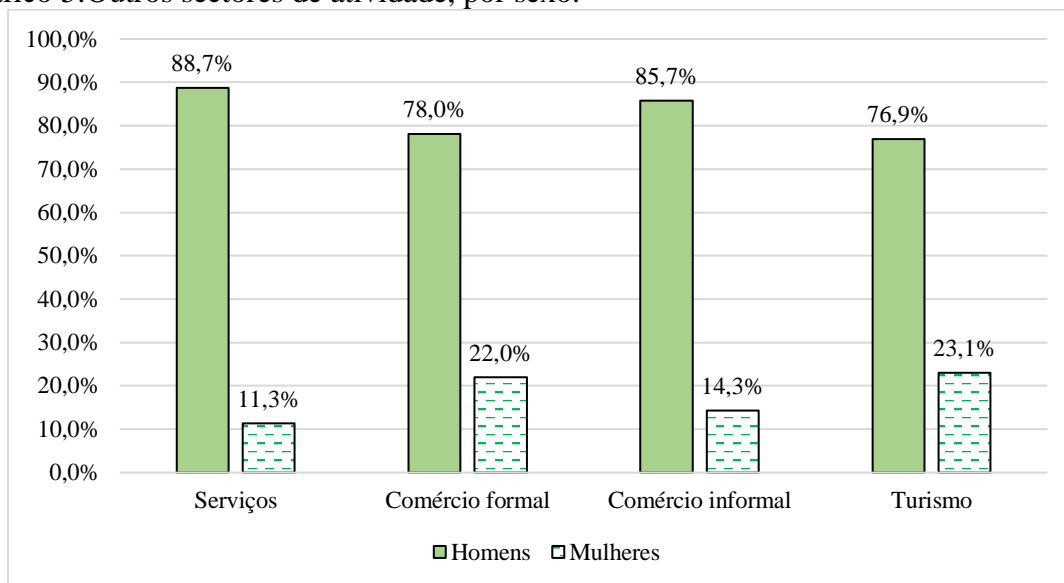
O quadro 1 apresenta esses postos de trabalho, desagregados por sexo, em cada empresa com investimento na agricultura e no agro-negócio. A empresa de processamento de caju (Olam) tem sido reconhecida pelo Governo distrital como a que mais emprega trabalhadores,

sobretudo do sexo feminino (1.686), adquirindo desta forma notoriedade dentro das estatísticas do distrito. Porém, existem outros sectores de atividade onde o número de mulheres é muito reduzido, como por exemplo, no sector sisaleiro (em Ramiane e Mecuco). De um total de 554 trabalhadores as mulheres ocupam apenas 24 postos de trabalho. Caso similar verifica-se na CIM (produção de óleo, soda e sabão) e ADPP (produção de castanha de caju e prestação de serviços), onde as mulheres se encontram em minoria, ocupando 6 e 15 postos de trabalho respetivamente. Por outro lado, subsistem sectores que não contratam trabalhadoras, como é o caso da San-Oil, Maziotela, e Sisaleira de Jagaia.

4.2.2. Outros sectores económicos

Nos sectores económicos que congregam os restantes, as mulheres encontram-se concentradas no comércio formal e informal, embora este seja um setor com mais representação masculina. O turismo e os serviços, também fazem partes dos sectores onde as mulheres têm exercido a sua ação para o desenvolvimento.

Gráfico 5: Outros sectores de atividade, por sexo.



Fonte: Dados do SDAE, 2017.

O gráfico 5, que desagrega por sexo quatro setores de atividade, serviços, comércio formal, comércio informal e turismo, mostra que as mulheres se encontram sub-representadas em todos eles. Por ordem crescente 11,3% no sector de serviços, 14,3% no comércio informal, 22,0% comércio formal (elas encontram-se muito engajadas no comércio, especificamente

na venda de produtos alimentares já confeccionados e bebidas tradicionais) e 23, 1% no sector de turismo.

4.3. Recursos naturais: terra, água e florestas

A terra em Monapo é considerada como o principal recurso de poder, pois é nela onde está toda a fonte de riqueza familiar. Contudo, na sua maioria, as terras não estão tituladas e, quando exploradas em regime familiar, têm como responsável, em quase 75% dos casos, o homem da família (DNAL, 2012). Em caso de conflitos de terra, de acordo com os costumes e tradição (Waterhouse e Vijfhuizen, 2001:12, Mandamule 2016:18), o herdeiro não é o filho, mas sim os sobrinhos maternos. Deste modo, atualmente, os filhos reclamam a herança dos seus pais ao mesmo tempo que os sobrinhos recorrem à tradição para terem acesso às terras do tio, proporcionando momentos de desentendimento na família. Mandamule (2016) conclui que nesse tipo de conflitos considera-se, como herdeiros legítimos, os filhos do agregado familiar tal como nas sociedades patrilineares.

Por outro lado, estudo realizados por Macaringue (2018) revelam que pelo facto de Monapo beneficiar de projetos de investimento no agro-negócio, proporciona que no distrito aconteçam novos conflitos de terra. Macaringue (2018:82) explica que estes conflitos ocorrem sobretudo entre camponeses e grupos de chefes de posto, líderes comunitários e secretários de bairros, onde os mesmos se apropriam de grandes áreas sem ter em conta as famílias que possuem machambas nessas áreas. O mesmo cenário acontece entre as populações que se encontram a viver na mesma comunidade, devido aos limites estabelecidos por cada família. Estes conflitos muitas vezes prejudicam a boa convivência entre as comunidades locais e conseqüentemente o desenvolvimento das suas atividades económicas e sócias (cf. Mandamule, 2016).

Os dados do censo 2007 demonstram que 55% da população de Monapo tem acesso a água através de poços sem bomba. O acesso à água potável nas zonas rurais conheceu uma evolução considerável, pois em 2005 o distrito contava com 59 fontes de abastecimento de água, em 2012 o número foi de 209 e em 2017 o número subiu para 495 fontes (DNAL, 2012; SDPI, 2017). Apesar do aumento do número de fontes de abastecimento de água, parte dos povoados rurais do distrito, não se beneficia do acesso a água potável, abastecendo-se de água dos poços e rios que distam entre 1 à 5 km, consoante a época (chuvosa ou seca). Nesses

casos os agregados familiares, particularmente as mulheres e as crianças, devem percorrer longas distâncias para ter acesso água.

Os recursos florestais no distrito de Monapo são diversificados. A madeira e outros produtos florestais (estacas, bambus e capim) são muito utilizados na construção de casas e celeiros pelos agregados familiares, sobretudo pelos membros masculinos, por serem as pessoas responsáveis pela construção e reabilitação da casa. Porém o transporte desses produtos é realizado, sobretudo pelas mulheres. A lenha outro produto florestal utilizado como fonte de energia para cozinhar é utilizada por 33,4% dos agregados familiares de acordo com os dados censitários de 2007. A lenha está sob o controlo da mulher, na medida em que ela deve procurar a lenha, cortar e transportar até a sua habitação (DNAL, 2012).

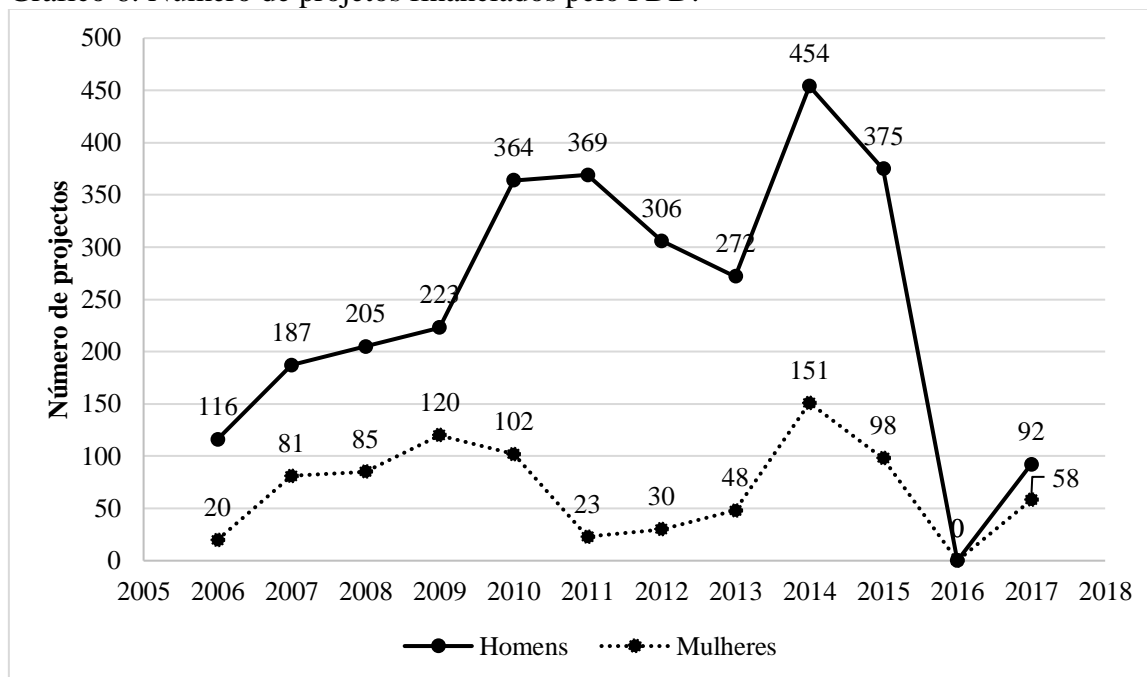
4.4. Recursos financeiros e desenvolvimento

Funcionam na sede do distrito de Monapo duas agências bancárias (BIM e BCI), como fontes de crédito e poupança. O investimento público com orçamento do Estado e o Fundo de Desenvolvimento do Distrito²² completam a lista de fontes de financiamento das atividades de desenvolvimento no distrito. Acresce-se ainda, os pequenos grupos de poupança rotativa de mulheres (através de xitique²³) e agentes económicos.

²² O FDD foi introduzido no ano 2006 como Fundo de Investimento de Iniciativa Local (FIIL). Na época, o governo disse que o FIIL, também conhecido como OIIL, visava estimular a renda nos agregados familiares que vivem e trabalham no distrito; e que isso iria concorrer para o aumento da produtividade agrária e da monetarização da economia rural. Finalmente, em 2009, o FIIL ou OIIL foi transformado em Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD). O Governo disse que o FDD é uma instituição pública destinada a captar e administrar recursos financeiros visando impulsionar o desenvolvimento e o empreendedorismo na satisfação das necessidades básicas das comunidades locais, mediante concessão de empréstimos reembolsáveis.

²³ O xitique é considerado uma designação do changane (língua local do sul de Moçambique) que se refere a uma prática de poupança envolvendo sobretudo mulheres, o mesmo sistema serve como uma forma de apoio as mulheres chefes de agregado (Casimiro e Souto, 2010:20).

Gráfico 6: Número de projetos financiados pelo FDD.



Fonte: Dados da RPD, 2017.

No que respeita aos beneficiários do FDD (gráfico 6) nota-se que em 2006, o número de projetos das mulheres era muito reduzido em comparação com o dos homens (cerca de 1/6); todavia, houve um esforço grande em termos de acréscimo do número de projetos das mulheres, pois de 2006 para 2007 registou-se um aumento de 305% e, em consequência, o número de projetos das mulheres passou a ser quase metade do dos homens – passou de 17,2% para 43,3% dos homens; nos anos seguintes, apesar das oscilações, a evolução dos projetos das mulheres acompanha a tendência de crescimento dos projetos dos homens e em 2009 são mais de metade destes (53,8%). A partir de 2009, porém, a situação altera-se radicalmente. Entre os anos de 2009 a 2011, temos um aumento para os projetos dos homens de 65,5% e uma redução dos projetos das mulheres de 80,8%. Isto significa que o diferencial que era de 103 projetos em 2009 passou para 346 em 2011, traduzindo a existência de uma desigualdade de oportunidades²⁴ na alocação dos fundos de desenvolvimento do distrito, bem como, passou a existir uma exclusão feminina e uma crescente masculinização na atribuição

²⁴ De acordo com a explicação do diretor dos Serviços das Atividades Económicas de Monapo, para ter acesso ao FDD, tanto homens como mulheres devem apresentar um plano de negócio e em muitos casos não tem sido fácil para as mulheres iletradas conseguirem desenhar o seu plano. As mulheres contam com a figura do professor ou então o secretário do bairro, para apoiar no desenho do projeto. Os fundos são atribuídos de forma isolada tanto para os homens como para as mulheres, que por sua vez podem incluir no seu plano de negócio um outro membro da família, contudo a responsabilidade de reembolsar os valores fica a cargo da pessoa que submeteu o plano.

dos fundos motivados por questões político-partidárias²⁵. Depois do surgimento da crise da dívida (em 2015), o Estado reduziu drasticamente os valores alocados aos distritos em 2016, o que explica os valores zero naquele ano, e retomou de forma limitada em 2017. Embora se registem mais projetos de homens do que de mulheres, a diferença entre eles (34) foi significativamente inferior à registada em 2015 (277), o que representa uma redução de 86,6% do diferencial. As mulheres garantiram em todos os anos em análise a sua presença em projetos de desenvolvimento financiados pelo FDD, mesmo com dificuldade em alguns anos, no acesso aos fundos. Estes dados ilustram, igualmente a fraca integração das mulheres no mercado de trabalho, em igualdade de oportunidades com os homens, perpetuando desta forma a dependência destas em relação a atividade agrícola e aos pequenos negócios informais²⁶.

Em relação aos projetos financiados pelo FDD, o distrito congrega 1.252 pequenos projetos, cuja maior parte está direcionada para a geração de rendas (42%), de seguida para a produção de comida (41%) e por último para a criação de emprego (17%). Os diferentes projetos compreendem investimento em comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas, compra de insumos agrícolas, indústria moageira entre outros.

4.5. Educação e desenvolvimento

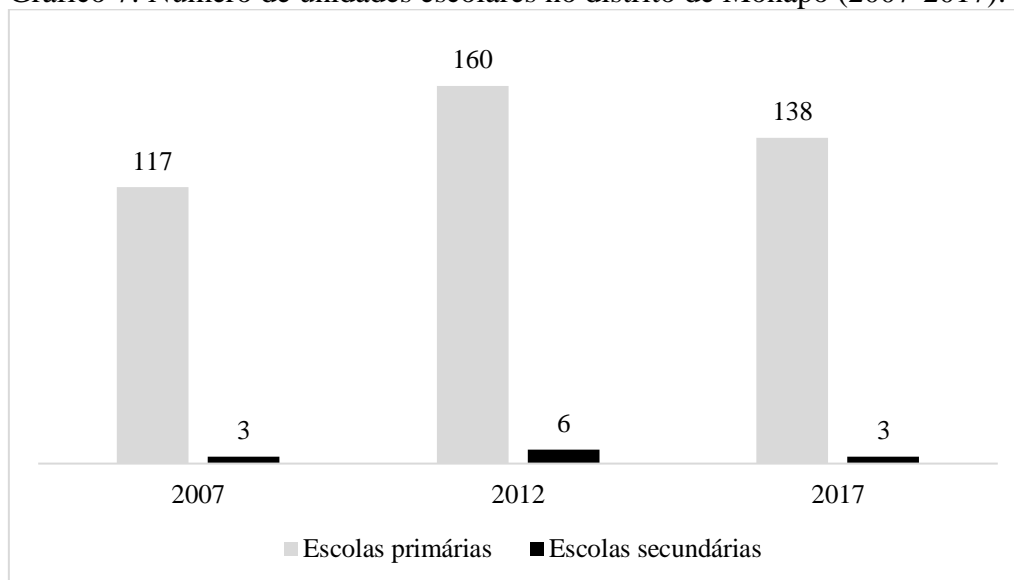
A evolução do número de escolas existentes no distrito de Monapo, entre 2007 e 2017, está representada no gráfico 7. No geral, os dados indicam um crescimento do número de unidades escolares públicas, até 2012. Particularmente, destaca-se o ensino primário do primeiro e segundo grau (EP1 e EP2) com um total de 160 escolas. O Ensino secundário (particularmente do segundo grau) passou a contar com 6 unidades escolares, o dobro do que

²⁵ A relação entre as estratégias políticas em períodos eleitorais e as medidas de desenvolvimento regional e local não fazem parte dos objetivos deste estudo, mas a coincidência do reforço dos projetos dos homens entre 2009 e 2011 com um período eleitoral pode sugerir que o FDD possa ter sido utilizado para fins políticos de garantir votos, sobretudo das camadas rurais. O discurso sobre o combate a pobreza, através de um maior investimento na produção agrícola foi muito utilizado nessa altura e esse pode ser um dos fatores explicativos de que o número de projetos dos homens aumentasse, porque eles são os que controlam os grandes centros de decisão política no meio rural.

²⁶ Segundo Capaina (2017:25) existe uma preocupação com aspetos de género dentro da atribuição do FDD, contudo permanece uma relativa discriminação sexual em relação ao valor que é atribuído as mulheres, bem como em relação ao tipo de atividade que as mulheres devem desempenhar dentro do financiamento. O autor constata uma tendência dos Governos distritais em discriminarem as capacidades das mulheres, citando: “*nós temos estado a apostar em atividades em que sabemos que a mulher pode realizar, daí que, então, a disponibilizamos o empréstimo em função disso*”.

existia em 2007. Em 2017 o número de Escolas²⁷ no distrito de Monapo decresceu, o ensino primário conta com 138 escolas e o secundário com 3 escolas²⁸. Este facto está relacionado com o encerramento de algumas unidades escolares, de acordo com SDEJT (2017) os motivos estão relacionados com a ausência de recursos materiais, humanos e financeiros.

Gráfico 7: Número de unidades escolares no distrito de Monapo (2007-2017).



Fonte: Dados do MEDH, 2015 e SDEJT -2017.

De referir que o número de professores cadastrados no sistema distrital de ensino é de 1035, dos quais 915 lecionam o ensino primário e 120 o ensino secundário.

A participação das mulheres como professoras constitui um desafio para o distrito. O número de professores do ensino primário é quase o dobro (607) quando comparados com o de professoras (308). Situação que se agrava no ensino secundário, onde o número total de professores (120) que efetivamente lecionam integra apenas 23 mulheres.

O número total de alunos matriculados no ano de 2017 em Monapo foi de 67.912, dos quais 45,2% de mulheres e 54,8% de homens. Sendo que o ensino secundário corresponde a cerca de 12% do total do efetivo inscrito, sendo 4% deste ocupado pelas mulheres. O número de alunos por professor ainda constitui um desafio a ser ultrapassado dentro do sistema nacional

²⁷ De acordo com os Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologia (2017), as escolas são compostas por 174 salas convencionais, 165 salas mistas, 453 salas precárias. O número de carteiras existentes é de 5580, sendo que para cobrir a demanda as escolas precisariam de acrescentar ao número existente mais 3580 carteiras. Em relação aos sanitários existentes 215 são latrinas melhoradas e 140 são latrinas não melhoras.

²⁸ Para o ensino primário do primeiro grau (1ª a 5ª classe) funcionam 75 escolas e do segundo grau de (1ª a 7ª) 56 escolas. Em relação ao ensino secundário funcionam 2 escolas, que lecionam da 8ª a 12ª classe e 1 da 8ª a 10ª classe.

de ensino na província de Nampula no geral e no distrito de Monapo em particular (o rácio aluno / professor em Monapo é de 60 por professor)²⁹.

O acesso aos serviços de educação é entendido pelos agregados familiares como algo que deve estar ao seu alcance, em termos de recursos “dinheiro”, “tempo” e “mão-de-obra”. Em Monapo, os agregados familiares que têm os seus filhos a frequentar o ensino secundário reúnem, em geral, um conjunto de condições financeiras e de produção que permitem que os filhos sejam dispensados das suas tarefas domésticas para se dedicarem aos estudos (Agy, 2018). Contudo, nota-se nos agregados familiares que as meninas são as que menos conseguem atingir e/ou concluir o ensino secundário, facto que é justificado pelo que Osório e Silva (2008:109) chamam de “determinantes culturais”. Quando a rapariga atinge a puberdade, o casamento passa a ser a sua prioridade em detrimento da escola. Este facto é comprovado pelo crescimento da desistência escolar por parte da rapariga (em 2017, no distrito de Monapo, 58,5% das desistências do ensino secundário eram raparigas). Por outro lado, os rapazes, depois do casamento, são pressionados a adquirir rendimentos, pois tornam-se responsáveis por garantir o sustento e a continuidade do seu agregado familiar. Assim, os homens (41,5%) igualmente concorrem para o aumento do abandono escolar.

²⁹ Apesar de ter sido criado um Instituto de Formação de Professores/as em Nacololo, Monapo, os seus efeitos ainda não se fizeram sentir, porque o mesmo graduou o primeiro grupo de estudantes em 2017 e muitos ainda não foram afetos. Além disso, os professores e professoras que foram formados não são todos naturais do distrito de Monapo, são também provenientes de outros distritos e fica difícil avaliar sem ter uma base de dados sobre o número desses alunos e a sua proveniência (Caldeira, 2017).

**PARTE III – ESTUDO DE CASO - ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO DAS
MULHERES NO DESENVOLVIMENTO RURAL NO DISTRITO DE MONAPO**

Capítulo 5 - Percurso metodológico

5.1. A opção pela abordagem qualitativa

A presente pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa porquanto nos permite aceder à complexidade dos factos relatados pelas mulheres, bem como às suas perceções sobre o seu estilo de vida e a sua ação no desenvolvimento. Com efeito, o paradigma qualitativo apresenta-se como o mais indicado para conseguir apreender as relações sociais no seu contexto e os significados e os sentidos que as mulheres dão às suas ações, articulando-se, de forma coerente, com os objetivos definidos para a pesquisa (enunciados na introdução). A abordagem qualitativa permitiu construir e interpretar um conjunto de ideias, de questionamentos e de conhecimentos acerca das mulheres de Monapo (cf. Denzin e Lincoln apud Aires, 2015: 14-16).

5.2. Estudo de caso como estratégia de pesquisa

A pesquisa empírica centrou-se num estudo de caso realizado no distrito de Monapo onde a agricultura é praticada manualmente, utilizando mão-de-obra familiar, em pequenas explorações familiares, em regime de consociação de culturas, utilizando para o efeito variedades locais. No mesmo contexto, este distrito é marcado pela presença de investimento no agro-negócio, sobretudo em culturas que são essencialmente produzidas pelas mulheres e que são a base de subsistência familiar. Particularmente as entrevistas foram realizadas na localidade de Nacololo, pelo facto de 68,3% das mulheres trabalharem na atividade agrícola e, ao mesmo tempo, parte deste grupo ter sido envolvido em 2018 no projeto para a promoção da agricultura denominado AgriMulheres³⁰.

Este estudo de caso envolveu mulheres da mesma localidade (Nacololo) do distrito de Monapo, o que não permite fazer generalizações dos casos recolhidos ao nível de todo o distrito de Monapo. Em todo caso, esta estratégia de recolha de dados foi útil pois permitiu comparar os fenómenos encontrados em Nacololo com os que são descritos em outros

³⁰ Em 2018 as mulheres na localidade de Nacololo beneficiaram de um projeto denominado AgriMulheres. Este projeto tem duração de cinco anos, e tem como objetivo o aumento dos rendimentos agrícolas gerados e geridos pelas mulheres camponesas da província de Nampula, através da sua inserção em produções locais e sustentáveis do sector agrícola. Bem como, o reforço das capacidades das organizações da sociedade civil e das mulheres rurais, a fim de reequilibrar as relações de poder entre homens e mulheres e de influir nas modalidades de implementação das políticas agrícolas, facilitar o acesso das mulheres camponesas à formação técnica e gestão, dos recursos de produção e dos mercados.

estudos (cf. Oliver de Sardan, 2017:43), bem como ajudou a compreender os fenómenos existentes dentro de um grupo particular de mulheres camponesas (Granjo, 2017).

Neste contexto, através do estudo de caso pretendeu-se examinar os acontecimentos sem o envolvimento ou manipulação dos comportamentos encontrados no terreno (Yin, 2005) e procurou-se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real das mulheres entrevistadas (Yin, 2005:20). Assim, durante a recolha de dados aferiram-se as rotinas diárias, os comportamentos, os sentimentos, as interpretações e as ações das mulheres no seu trabalho agrícola, na família e na comunidade.

5.3. População e amostra

A população sobre a qual incidiu a pesquisa pertence à localidade de Nacololo, onde se encontram mulheres que têm como principal atividade a agricultura. A seleção do grupo a entrevistar foi feita através da identificação de mulheres cujas características e experiências permitiam fornecer respostas às questões formuladas na pesquisa, bem como comparar especificidades entre elas. Esta estratégia de seleção da amostra deu origem à constituição de uma amostra não probabilística, pelo facto de esta permitir selecionar o público-alvo, tendo como base critérios intencionais e a utilização da técnica bola de neve, o que nos permitiu, a partir de elementos da população já conhecidos, identificar outros elementos da mesma (Carmo e Ferreira, 2008). No total foram entrevistadas 12 mulheres com diversidade de estado civil, idade, nível de escolaridade e grupos de pertença heterogéneos.

5.4. A recolha de dados

A recolha de dados abrangeu pesquisa documental, a realização de entrevistas exploratórias a informantes privilegiados e de entrevistas semiestruturadas dirigidas a mulheres da localidade de Nacololo que, conforme referido, têm a agricultura como atividade principal.

A pesquisa documental compreendeu a busca dos relatórios do censo geral da população e habitação de Monapo, bem como as suas projeções no site (<http://www.ine.gov.mz/>) do Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique, além de que foram recorridos os documentos disponíveis na sua biblioteca. De maneira a recolher dados relacionados com a educação, sectores de atividade e projetos recorreu-se aos documentos disponíveis nos arquivos físicos dos ministérios, direções locais e serviços distritais. Através destas consultas,

foi possível aceder a informações que, quando sistematizadas, foram úteis para a caracterização da população de Monapo.

As entrevistas exploratórias foram realizadas com o apoio de um guião de perguntas abertas construídas a partir dos tópicos centrais do estudo (documento em anexo nº.1) e foram aplicadas a informantes privilegiadas, selecionadas por deterem um conhecimento significativo sobre as dinâmicas existentes nos grupos de mulheres no distrito de Monapo.

Durante esse processo foi possível recolher informações importantes para a construção do guião de entrevistas semiestruturadas a aplicar às mulheres de Nacololo. As respostas obtidas durante a conversa aberta com as informantes privilegiadas contribuíram para ampliar o campo de reflexão proporcionado pela pesquisa bibliográfica, sobretudo em relação as dinâmicas sociais encontradas no terreno, bem como sobre as precauções a ter em conta relacionadas com as ideias preconcebidas da população local e, em particular, das mulheres a entrevistar, sobre o próprio objetivo do (objeto em) estudo (cf. Quivy e Campenhoudt, 1992).

A elaboração do guião usado nas entrevistas semiestruturadas beneficiou da conjugação das problemáticas suscitadas pela pesquisa bibliográfica e pelas entrevistas exploratórias. Optou-se por incluir perguntas fechadas e abertas de forma a recolher informações relacionadas com a identificação, linhagem, habilitações académicas, relações com associações e poder político, atividade profissional, pluriatividade familiar, entre outras que foram surgindo no decorrer da aplicação do questionário.

Este instrumento de recolha de informação permitiu, através da conversa, obter impressões, problemas escondidos, críticas e opiniões (Babbie, 2008) que ajudaram a compreender e aprofundar questões relacionadas com o objeto de estudo (Quivy e Campenhoudt, 1992) e, particularmente, a aceder às vozes e visões das próprias mulheres entrevistadas sobre os papéis sociais, económicos e políticos por si desempenhados, enquanto participantes ativas no desenvolvimento local. Além disso, procurou-se registar as diferentes estratégias que as mulheres em comunidades matrilineares utilizam para negociar a sua participação sobre os rendimentos auferidos na produção anual, em relação aos produtos a serem cultivados, vendidos e consumidos, assim como sobre a sua participação em atividades profissionais por conta de outrem. Em complemento, aferiu-se a sua participação no processo de tomada de decisão dentro da família e da comunidade, bem como se elas participam em movimentos associativos que lhes permitem exercer os seus direitos e deveres de cidadania.

5.5. O percurso entre a entrevista exploratória e a semiestruturada

Na primeira viagem ao terreno (no mês de maio de 2018) realizou-se a entrevista exploratória com vista a estabelecer contacto com informantes privilegiadas, nomeadamente de ONG locais (Fórum das mulheres rurais, União Distrital dos Camponeses), e de setores governamentais (Organização da Mulher Moçambicana-OMM e Sector Distrital das Atividades Económicas e os Serviços de Saúde, Mulher e Ação Social, chefes de posto e líderes locais).

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas na segunda viagem ao terreno (nos meses de agosto de 2018). Neste contexto, a pesquisadora apresentou-se as entidades locais e com a ajuda dos mesmos foi identificado o primeiro grupo de quatro mulheres. De seguida estas mulheres apresentaram um outro conjunto de quatro mulheres pertencentes a associações de camponeses e o último grupo de quatro foi indicado pelo mesmo sistema de bola de neve.

As entrevistas foram previamente agendadas com cada uma das entrevistadas, onde igualmente foi aberta a “área secreta” da pesquisa, referida por Carmo e Ferreira (2008), que consiste em fornecer ao entrevistado dados que lhe permitem entender a sua importância como fornecedor de informação e, por consequência, a sua utilidade para a investigação em curso. As entrevistas foram realizadas em locais escolhidos pelas entrevistadas, tendo sido a pesquisadora a deslocar-se aos diferentes lugares por elas indicados, ou seja, na sua residência, na associação de camponesas e em alguns casos na *machamba*.

Os horários marcados para a conversa variavam. Algumas entrevistas foram realizadas de manhã e outras a tarde, de maneira a respeitarmos a disponibilidade das entrevistadas. Novak e Gowin (1984:144) explicam que na realização de entrevistas é importante, marcar um horário que seja confortável para o entrevistado, tal como se deve controlar o tempo da realização da entrevista para evitar indisposições e distrações. Desta forma, as entrevistas foram realizadas nos tempos de descanso e/ou de fim do trabalho diário, com intervalo de duração de 30 a 45 minutos, devido ao processo de tradução. O tempo de realização das entrevistas não foi atempadamente definido, até porque depois de cada entrevista a pesquisadora solicitava mais informações. Tal como explica Oliver de Sardan (2017:31), uma entrevista não é um processo fechado, terminado, mas sim um processo aberto que pode sempre ser enriquecido com informações adicionais.

Durante a sessão de entrevistas, procurou-se encontrar um lugar sem muito movimento, para evitar interrupções, bem como com pouco ruído, para facilitar o processo de captação de som. Nem sempre foi possível assegurar estas condições, sobretudo nas entrevistas realizadas na *machamba*, onde sempre existia alguém a tentar perceber o que estava a acontecer e que interrompia a conversa, fatores que contribuíram para a existência de pequenos momentos de distração. Verificou-se que, tal como explica Costa (1986:135), a presença da investigadora no terreno introduziu neste uma série de novas relações sociais entre a observadora e os sujeitos protagonistas da ação. Nesses momentos, a pesquisadora procurou observar o comportamento das entrevistadas e o seu meio, a forma de agir, falar, movimentos, atividades, entre outros, aplicando o princípio, defendido pelo mesmo autor, de que a interferência não deve ser assumida somente como um obstáculo, mas também como um veículo para o alcance do conhecimento. Constatou-se que, à medida que vai se prolongando o trabalho de campo, o tecido social em análise se vai se reorganizando igualmente.

A autorização para a utilização do gravador e máquina fotográfica foi solicitada no início de cada entrevista, de forma informal, embora, em alguns casos, a utilização de tais instrumentos, sobretudo do gravador³¹, proporcionasse um desconforto e interrupção na conversa. O uso de um caderno de anotações foi fundamental nesse tipo de caso, como em todos os outros, pois durante as entrevistas a pesquisadora apontava os elementos-chave referidos durante a oração da entrevistada, para garantir uma maior fidelidade e veracidade das informações, como referido nos estudos de Marconi e Lakatos (2003:200).

Diversos estudos desaconselham (Mandamule e Feijó, 2017; Oliver de Sardan, 2017) a utilização de tradutor durante a conversa, ainda assim, a recolha de informação contou com o apoio de uma tradutora (professora na localidade em estudo), que apoiava na interpretação das perguntas e das respostas. Esse auxílio foi fundamental, pois elucidou alguns fenómenos existentes no local com mais perspicuidade, em primeiro lugar pelo facto da tradutora perceber as dinâmicas sociais existentes no local e, em segundo lugar, por a sua figura inspirar confiança às entrevistadas.

³¹ O gravador muitas vezes se torna um instrumento intimidador para a pessoa entrevistada, principalmente tratando-se de mulheres camponesas. Assim, aconselha-se que quanto menos for utilizado esse instrumento de recolha de dados mais rica é a informação obtida no terreno.

5.6. Análise de dados

Na primeira fase procedeu-se a elaboração da ficha de leitura das bibliografias que orientaram o estudo. Através desse procedimento foi possível agrupar e sistematizar as informações relevantes sobre os temas centrais de Moçambique e de Monapo em particular (Quivy e Campenhoudt, 1992: 57-58).

A segunda fase consistiu na análise da informação obtida através de conversas abertas com informantes-chave. Pelo facto das respostas não seguirem uma linha lógica de pensamento, durante a conversa optou-se por apontar os aspetos importantes da conversa que *a posteriori* foram analisados de forma a extrair a significância das informações para o estudo.

A terceira fase compreendeu a transcrição das entrevistas semiestruturadas a que se seguiu a leitura de todas as entrevistas, sem preocupação com a profundidade de análise, mas com o intuito de identificar os conteúdos que emergiram em cada tema, de uma forma geral. Seguidamente procedeu-se à análise comparativa vertical, ou seja, identificando as respostas de cada entrevistada às diferentes questões, foram assinalados os aspetos reveladores da experiência e da perceção de cada mulher. Depois procedeu-se à análise comparativa horizontal, identificando as respostas das entrevistadas a cada questão, para identificar especificidades - que tornam cada vivência única e singular - e semelhanças - aspetos que as aproximam e que são comuns - e que podem resultar das condições estruturais e materiais, da organização social e económica do contexto local. De seguida procedeu-se aos apontamentos para comparar a frequência de certas dimensões (Quivy e Campenhoudt 1992), ou seja, identificando se há aspetos relatados por várias entrevistadas, que podem ser definidos como mais significativos, frequentes, que possam fazer sentido e explicar os fenómenos relatados pelas mulheres de Nacololo (Bardin, 1977).

5.7. Questões éticas

No decurso da pesquisa, bem como em todas as fases da mesma, foi acautelada uma conduta de respeito pelas entrevistadas, adotando um comportamento ético no contacto e na comunicação com todos/as os/as envolvidos/as, bem como no tratamento e uso da informação recolhida (cf. Carmo e Ferreira, 2008). Assim, identificam-se adiante algumas questões inerentes ao processo de pesquisa:

- Antes da realização da pesquisa de campo a pesquisadora teve que apresentar uma credencial às estruturas governamentais locais, onde a pesquisadora se apresentou e

explicou os objetivos da pesquisa em curso, no mesmo contexto explicou para que uso se destinavam os dados recolhidos;

- Aquando das entrevistas, a informação descrita na credencial foi transmitida à entrevistada, de maneira a estabelecer um acordo³² e explicitar as responsabilidades de cada uma das partes, como recomendam os estudos de Carmo e Ferreira (2008); nesta fase a explicação foi elucidativa do que se pretendia com a entrevista, embora a postura corporal da entrevistada demonstrasse um certo receio e curiosidade sobre as perguntas que se seguiriam;
- Antes da entrevista solicitou-se a autorização da entrevistada sobre captação de som e imagem e, depois do seu consentimento, iniciou-se a sessão de entrevista;
- Ao longo da pesquisa procurou-se assegurar a confidencialidade e o anonimato das participantes (estudos realizados por Flick, 2006, igualmente recomendam a confidencialidade da informação recolhida), cumprindo os termos acordados entre as próprias e a pesquisadora. Durante a entrevista procurou-se manter a entrevistada assegurada de que a sua informação seria tratada para os fins apresentados na credencial.

5.8. Dificuldades e formas de superação

A pesquisa de terreno envolveu dificuldades que foram acauteladas pela investigadora de modo a prever alternativas para superação das mesmas, ao mesmo tempo que procurou potenciar os resultados da pesquisa. Neste sentido, ao longo da pesquisa foram surgindo alguns constrangimentos:

- O facto de na província de Nampula a língua predominante ser *Makua* e a pesquisadora ter encontrado diferentes tipos de pronúncias da mesma língua local constituiu uma limitação para o desenvolvimento do estudo, situação que foi ultrapassada com a presença de uma tradutora local, com conhecimento das dinâmicas sociais daquela comunidade em específico. Não deixou de ser importante a utilização da técnica de repetição das perguntas de maneira a garantir que as respostas dadas eram para aquela pergunta.

³² Berteaux (2005) designa este acordo por “contrato de entrevista” onde o/a investigador/a informa os indivíduos que pretende inquirir sobre as questões que deseja abordar na entrevista e que constituem o cerne do estudo, de modo a obter uma informação focalizada nesses aspetos e a evitar mal-entendidos e falsas expectativas.

- A localização de mulheres que correspondessem aos critérios que tinham sido definidos e que estivessem disponíveis para serem entrevistadas foi difícil. Para tal foi importante entrar em contacto com as entidades locais que conhecem melhor o local e as mulheres alvo (União Provincial de Camponeses, Serviços Distritais das Atividades Económicas, Organização das mulheres Moçambicanas).

Capítulo 6 - Apresentação dos resultados e análise dos dados

6.1. Apresentação do perfil da amostra

As doze mulheres entrevistadas encontram-se em condições civis distintas: sete em união de facto, três separadas, uma viúva e uma solteira. A entrevistada mais nova tem 21 anos e a mais velha tem 50 anos. A média e a moda das idades são de 31 anos. Em relação ao nível de escolaridade, quatro mulheres conseguiram completar a 12^a classe, uma a 8^a classe, quatro a 7^a classe, duas a 6^a classe e uma a 4^a classe. Os dados dos Serviços de Educação de Monapo (2017) revelam que 13% das mulheres do distrito não sabem ler nem escrever a língua portuguesa, sendo que nesses casos a língua dominante é a língua local *Makua*. A maior taxa de escolarização feminina acontece no grupo etário dos 10 aos 14 anos, onde 23% das raparigas frequentam à escola. Estes números revelam o baixo nível de escolaridade das raparigas, bem como a entrada tardia na escola. As entrevistadas (11) revelam ter conhecimento da língua portuguesa, sobretudo as que concluíram a 12^a, 8^a, 7^a e a 6^a classe. Contudo em muitos casos foi necessário a utilização de uma tradutora, pelo facto das entrevistadas não conseguirem formular uma resposta completa em língua portuguesa. Este facto mostra que, existe uma forte ligação destas mulheres com a sua língua local. As suas comunicações diárias são realizadas na língua local, pois a maioria dos seus agregados familiares e da sua comunidade, por serem menos estudados, falam na sua maioria na língua *Makua*.

As entrevistas revelam que 4 das 12 mulheres casaram com menos de 16 anos de idade. Este facto mostra que os casamentos prematuros ainda constituem uma realidade. A idade do casamento esteve sempre ligada à idade do primeiro filho, sendo que a mesma varia entre as mulheres que vivem na condição de viúves, união marital e separadas. Quatro das mulheres entrevistadas casaram com uma idade média de 15 anos, três casaram-se com 18 anos, três com 19 e uma com 20 anos. O peso dos casamentos prematuros (33,3%) nos casos analisados de Nacololo converge, mas de forma mais acentuada com os dados gerais de Nampula apresentados nos estudos realizados por Arnaldo *et al.* (2017), segundo os quais a província de Nampula apresenta a maior prevalência de casamentos prematuros em Moçambique, onde duas em cada dez raparigas estão casadas aos 16 anos (20%) e metade estão casadas aos 18 anos de idade. Especificamente, Monapo encontra-se na posição 13, entre os 21 distritos da província de Nampula, com uma taxa de incidência de casamentos prematuros em raparigas menores de 16 anos de 11%.

O nível de escolaridade relaciona-se igualmente com a idade do casamento, na medida em que conseguiram concluir o ensino secundário as mulheres que retardaram a sua primeira gestação. Dentro deste grupo, uma das mulheres que conseguiu concluir o ensino secundário contraiu matrimónio com 20 anos. A outra esteve casada pela primeira vez com 16 anos e depois do divórcio conseguiu terminar os seus estudos e voltou a casar com 24 anos. Das que não conseguiram terminar o ensino secundário, duas contraíram matrimónio com uma idade média de 15 anos as outras três com uma idade média de 18 anos. Assim, as que concluíram a 12ª classe têm menos crianças, a primeira tem um filho e a segunda 2 filhos e 1 filha. As restantes mulheres que não concluíram o ensino secundário apresentam uma média de 5 crianças (2 filhos e 3 filhas).

Em relação à posse de documentos de identificação, todas as entrevistadas referiram possuir algum documento, sendo que sete das mulheres entrevistadas referiram que possuem o Bilhete de Identidade (BI) e o Cartão de Eleitor (CE), duas possuem apenas o BI e duas unicamente o CE. Em contrapartida, apenas uma entrevistada possui três tipos de documentos o BI, o CE e o Número Único de Identificação Tributária (NUIT). Todas as mulheres possuem, pelo menos um cartão de identificação, embora onze delas não paguem impostos, por um lado porque não possuem o documento (NUIT) e desconhecem os seus benefícios e, por outro lado, o seu rendimento é muito baixo e muitas vezes destina-se à compra de produtos alimentares, importantes para a subsistência do agregado familiar.

A agricultura é a principal atividade praticada por todas as entrevistadas, sobretudo ao nível familiar. Em moldes associativos, a atividade agrícola é realizada por oito mulheres. Esta atividade é realizada em modalidade de subsistência, marcada pela utilização de mão-de-obra familiar e com apoio a instrumentos de trabalho rudimentares (enxada de cabo curto, catana e machado). As sementes são de difícil acesso, as estradas para o escoamento dos produtos encontram-se em péssimas condições. O sistema de transporte que liga o povoado aos diferentes locais é quase inexistente e quando existe as tarifas aplicadas são elevadas. Os preços dos produtos agrícolas, em muitos casos são determinados pelo comprador e não pelas mulheres. Os serviços de extensão rural³³ são insuficientes e não chegam a todo o povoado,

³³ O serviço de extensão rural é assegurado pela Direção Nacional de Extensão Agrária no MASA. Este serviço garante de forma contínua a transmissão de informações e de apoio ao grupo-alvo para que possa adquirir conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias ao seu próprio desenvolvimento. A extensão rural abarca todo o tipo de questões: saúde, educação, produção, consumo, transportes e outras que afetam o desenvolvimento. A tarefa principal da extensão rural, como processo de comunicação e educação, é desenvolver o conhecimento, as habilidades e o querer (atitude) das pessoas para resolverem os seus problemas, mobilizando os meios disponíveis - ajudando-se a si próprias (Muniz *et. al.* 2018).

sobretudo às mulheres. No processo de seleção e capacitação elas são excluídas³⁴. Apesar dos constrangimentos verificados nesta atividade, o rendimento auferido mensalmente pelas mulheres é proveniente da prática da agricultura, onde elas produzem essencialmente culturas alimentares (como o milho, feijões, amendoim, mandioca e quiabos).

Algumas mulheres complementam a atividade agrícola com pequenos negócios (apenas quatro mulheres, assim o fazem). Se por um lado estas mulheres vendem produtos alimentares, por outro lado elas procuram fazer trabalhos de *ganho-ganho*³⁵ na estrada e na machamba de outrem em troca de algum valor monetário ou produtos alimentares.

As mulheres encontram-se envolvidas em dinâmicas religiosas. No grupo em análise destaca-se a religião islâmica, doutrina pela qual oito das entrevistadas se regem. As outras quatro mulheres professam a religião católica, sendo que os membros de seus agregados familiares se regem igualmente pela mesma doutrina religiosa.

Das mulheres que vivem em união de facto todas praticam a atividade agrícola. Contudo em relação a realização de trabalhos de atividades secundárias, apenas uma mulher, com a 12ª classe e apenas um filho, que vive num agregado familiar com 10 membros (sobrinhos, mãe e tios do marido) é que consegue acompanhar esta atividade com a realização de um pequeno negócio. Este facto acontece, por um lado porque os membros do agregado familiar ajudam na realização das diferentes tarefas dentro do agregado familiar, por outro lado esta mulher através dos conhecimentos adquiridos na educação, bem como pelo facto de ter casado mais tarde, com 20 anos, fortaleceu as suas habilidades estratégicas o que lhe garantiu a criação de um autoemprego e um desenvolvimento económico pessoal. Em relação ao associativismo, apenas uma mulher não é membro em nenhuma associação de produtores. A aposta desta mulher é na produção familiar, sendo que para tal conta com o apoio da mão-de-obra familiar, (dois filhos, cinco filhas e um sobrinho) que apoia no desenvolvimento desta atividade. O associativismo, não é encarado da mesma forma por todas as mulheres,

³⁴ A exclusão das mulheres verifica-se durante os encontros com o técnico extensionista, onde os líderes locais identificam um membro do agregado familiar para participar, e este é reconhecido tanto pelas mulheres como pela comunidade como sendo o homem. Por outro lado, não existe a preocupação dos extensionistas em garantir a igualdade de direitos e o equilíbrio de género nesses encontros.

³⁵ Casimiro (2011:12) considera *ganho-ganho* como troca de mão-de-obra por alimentos ou por dinheiro. Estudos realizados por Agy (2018) na província de Nampula demonstram que no distrito de Nacarôa, as mulheres preferem receber o seu pagamento em bens alimentares, alegando que os mesmos contribuem para a alimentação dos filhos.

esta entrevistada referiu que já esteve associada e que a experiência não foi boa, porque estava a ter problemas com o marido, por isso optou por desistir.

No respeitante as mulheres separadas, a mais nova tem 21 anos, seguida da que tem 41 anos e a mais velha têm 50 anos. A que apresenta 21 anos de idade conseguiu concluir a 12^a classe, pois os seus pais conseguiram custear os seus estudos. Ela casou com 19 anos e separou-se com 21 anos e regressou à casa dos pais, com as suas 2 crianças (uma menina e um menino) por falta de condições para continuar a viver sozinha. A atividade principal por ela praticada é a agricultura. Não pertence a nenhuma associação, mas tenciona integrar uma, porque acredita que a troca de experiência com outras mulheres pode ajuda-la a crescer economicamente.

Em situação distinta encontram-se as outras duas mulheres, na condição de separadas e mais velhas, que não conseguiram concluir o ensino secundário (completaram a 6^a classe e 4^a classe) mesmo tendo contraído matrimónio menos precocemente, com 18 anos e 19 anos respetivamente. As suas famílias são dirigidas por elas, e os membros do seu agregado familiar são constituídos sobretudo pelos filhos e pelas filhas. A não continuidade nos estudos, teve como motivos a falta de condições financeiras e o elevado número de crianças, 7 (6 meninos e 1 menina) e 9 (5 meninos e 4 meninas) respetivamente. As mulheres apresentam, como documentos o BI e o Cartão de Eleitor, e encontram-se envolvidas no associativismo. Em relação a atividade secundária a mulher separada com 50 anos é quem se encontra envolvida em pequenos negócios e professa a religião católica, enquanto a outra não desempenha nenhuma atividade e rege-se pela religião islâmica.

A mulher viúva apresenta uma idade de 29 anos, concluiu a 6^a classe, mas após o seu casamento aos 16 anos de idade parou de estudar e de seguida vieram as crianças (dois filhos e duas filhas). Quando decidiu que queria continuar a estudar, ela perde o seu marido, aos 26 anos. Ela teve que focar as suas ações no cuidado das crianças, de forma a garantir a educação das crianças. A principal atividade deste agregado é a agricultura, sendo complementada com pequenos negócios. Ela e a sua família professam religião católica. Estudos realizados por Andrade *et.al.* (1998) revelam que muitas das mulheres viúvas, quando perdem o seu marido muito cedo, optam por coabitar apenas com os seus filhos e, portanto, assumem todas as tarefas tradicionalmente destinadas aos homens para sustentar o seu agregado familiar até os filhos atingirem a idade adulta e estes passarem a guardiões do sustento da mãe.

A mulher solteira tem 24 anos, não tem filhos e vive sozinha, numa casa de sala e quarto. Conseguiu concluir a 12ª classe e está à procura de um emprego formal. Em relação aos documentos, possui BI e Cartão de Eleitor, desempenha a atividade agrícola e realiza um pequeno negócio para garantir o seu sustento. Em termos associativos, não é membro em nenhuma associação e professa a religião católica.

Em suma pode-se considerar que as relações entre as variáveis idade/nível de escolaridade, idade ao casamento/nível de escolaridade, estado civil/atividade secundária e estado civil/associativismo são as dominantes e as que determinam um maior ou menor envolvimento das mulheres nas dinâmicas familiares e sociais. As mulheres que conseguiram completar a 12ª classe, assim o fizeram antes de atingir os 25 anos de idade. As mulheres que retardaram o seu casamento, isto é que casaram depois dos 18 anos de idade concluíram o ensino secundário (12ª classe). Em relação ao estado civil, notou-se que as mulheres que vivem em união de facto estão mais ligadas ao associativismo, que permite uma maior união e troca de experiência entre elas. As famílias monoparentais chefiadas por mulheres, pelo facto da existência do seu agregado familiar depender apenas delas, encontram-se a realizar pequenos negócios e, através deste, garantem a subsistência familiar.

6.2. Estratégias de participação das mulheres no desenvolvimento rural

As mulheres em Nacololo utilizam diferentes estratégias de participação no desenvolvimento rural, as quais estão relacionadas com a ação das mulheres dentro do agregado familiar, as diferentes formas de ação económica e as estratégias de participação política.

6.2.1. Dinâmicas de participação dentro do agregado familiar

A família é o lugar onde as relações de cooperação são estabelecidas, quer a partir da divisão sexual do trabalho quer como unidade de produção e reprodução social. A família é o centro de formação primária onde, de acordo com Leandro (2008), são transmitidos os primeiros rudimentos de educação fundamentais para orientar o indivíduo.

6.2.1.1. Divisão sexual do trabalho no agregado familiar

Nas famílias das entrevistadas, as crianças aprendem da sua mãe e do seu pai formas de lidar com o mundo interior (dentro da família) e exterior (na comunidade). Nas famílias onde as mulheres vivem em união de facto, as mulheres (mães e filhas) são responsáveis por realizar

as tarefas de lavar a louça, cozinhar, buscar água e lenha, cuidar das crianças e dos idosos. As mães são igualmente responsáveis por levar as crianças ao hospital e à escola (nos casos das crianças mais novas). Aos homens (pais e filhos) cabe-lhes a tarefa de construir a casa e o celeiro, bem como fazer a compra dos produtos para a casa. Nas famílias monoparentais (mulheres viúvas, separadas e solteiras), todas as atividades são realizadas pelas mulheres, sendo que a construção da casa e do celeiro é realizada por um homem que em muitos casos é contratado para o efeito.

Além das tarefas acima descritas, as mulheres que vivem em condição de união de facto são responsáveis, sobretudo, por semear, schar, fazer a colheita, transportar e armazenar a produção (principalmente dos produtos alimentares). Os homens são responsáveis especialmente pela destronca e pela venda da produção no mercado. Nas famílias monoparentais as mulheres e as crianças são responsáveis por todas atividades, com particularidades na destronca que é realizado por alguém do sexo masculino que é contratado para o efeito, ou em outros casos as mulheres solicitam apoio aos membros adultos do sexo masculinos da família.

A realização de atividades dentro dos agregados familiares revela que existe uma tendência para a mudança de comportamento, na medida que a preocupação das mulheres passa por incluir os filhos e as filhas nos trabalhos diários da casa. Porém esta inclusão, não permite que as mulheres partilhem experiências com os membros masculinos nas suas tarefas. Esta distribuição de tarefas pelos membros (meninas e meninos), em diferentes espaços e contextos sociais, por ser reproduzida pelos mais velhos, as crianças aprendem a situar-se no mundo, a identificarem-se primeiro como membros do grupo e a reconhecerem-se depois como individualidade.

6.2.1.2. Partilha de práticas costumeiras e organização familiar

A partilha de conhecimento, a partir do que lhe foi ensinado pela sua mãe, é uma estratégia utilizada pelas entrevistadas para conseguir deixar o seu contributo dentro do agregado familiar, sobretudo na realização de trabalhos importantes para a sobrevivência familiar, onde ela se encontra mais envolvida. A mulher (mãe) ensina os seus filhos e sobrinhos sobre as tarefas do lar. Quando questionadas sobre se separam as atividades desempenhadas pelas meninas e pelos meninos, a resposta foi negativa. No entanto, através da observação realizada durante as entrevistas, foi possível verificar que no dia-a-dia os rapazes estão encarregues de cuidar dos animais, varrer o quintal, buscar água e cortar lenha, as meninas por sua vez, são

responsáveis por cuidar da preparação dos alimentos, lavar a louça e cuidar dos mais novos. Estas atividades não só são ensinadas, mas também são supervisionadas sob o olhar atento das mulheres (mães). As mães referem que desde pequenas elas eram ensinadas a trabalhar a terra, seja pela sua mãe, seja por qualquer outro membro adulto da família. Elas cresceram a saber que:

“Uma mulher deve saber trabalhar a terra para conseguir sobreviver e alimentar os seus filhos” (entrevistada 7).

Assim, a inclusão das mulheres na produção agrícola é sobretudo para manter a subsistência do seu agregado familiar.

A atividade agrícola é igualmente ensinada a meninas e meninos, sendo que estes realizam-na, quando pequenos, aos fins-de-semana. As meninas e os rapazes são ensinados como trabalhar a terra, semear, colher os produtos. Tanto nas famílias onde as mulheres vivem na condição de união de facto como nas famílias monoparentais as crianças (meninos e meninas) trabalham mais tempo com as mulheres (mãe).

“Não quero habituar as crianças a fazer um único trabalho [...] Enquanto uma varre outra lava a loiça. Todos fazem limpeza e ajudam na machamba nos finais de semana [...] Os meninos vão buscar lenha e cartar água também”. (Entrevistada 2).

“Os meninos lavam o pátio, cuidam das galinhas e as meninas lavam a loiça, cozinham, fazem limpeza e cuidam das crianças mais novas”. (entrevistada 3).

Nos encontros familiares, as mulheres participam ativamente e costumam a aproveitar o momento em que estão todos os membros juntos para informar sobre diferentes problemas relacionados, em muitos casos, com a comunidade, bem como com a saúde e educação do agregado familiar.

“Nós fazemos reuniões em casa as crianças também participam [...] Nós conversamos sobre diferentes assuntos, alimentação da família, escola das crianças, o trabalho de casa e aproveitamos para dividir as tarefas.” (Entrevistada 6).

No caso da mulher viúva e solteira, a organização familiar é realizada pela mulher. Sendo que ela é quem determina quem realiza o trabalho doméstico e a atividade agrícola. Contudo, pelo facto de encontrar-se envolvida em diferentes atividades geradoras de renda, ela escolhe um membro adulto, normalmente é o filho mais velho ou a filha mais velha para tomar conta da casa e dos irmãos mais novos.

“Eles são meus filhos e devem apoiar me quando preciso deles, [...] Quando o mais velho (filho) vai a escola é porque estou em casa para controlar os outros (filhos) e a casa. Temos que viver assim [...] eu ensino a todos, meninas e rapazes como devem trabalhar.” (Entrevistada 11).

As mulheres partilham as suas experiências de vida e de trabalho com os filhos e as filhas. As experiências variam desde os trabalhos realizados em casa, até aos trabalhos agrícolas. Nota-se que as mulheres em famílias monoparentais tendem a adaptar a sua forma de estar consoante os problemas diários que vão surgindo, e preparam a todos³⁶ (meninas e meninos) para serem resilientes em situações adversas que vão surgindo, muitas delas relacionadas com as dinâmicas da vida em comunidade e com a produção agrícola. Em síntese, as mulheres desenvolvem um papel importante na construção das relações sociais que estruturam os papéis e as funções sociais de cada um dos membros do agregado familiar.

6.2.1.2. O papel das mulheres na educação

A educação é um dos principais vetores para o desenvolvimento humano. As mulheres entrevistadas enfrentaram um grande obstáculo no acesso à educação, pois dentro dos agregados familiares a prioridade sempre foi colocar os rapazes a estudar em detrimento das raparigas.

“[...] Mas a maior parte das vezes quem vai (à machamba) são os pais porque os irmãos vão à escola e ela fica a cuidar das crianças mais novas” (Entrevistada 12).

As entrevistas revelam igualmente que muitas tinham o sonho de concluir os seus estudos e ter um emprego formal, porém acabaram por desistir. Os motivos estavam relacionados com questões financeiras e de pobreza, bem como com o início imaturo da vida marital. De facto, as mulheres relatam que após o casamento tornava-se difícil continuar com os seus estudos.

“Eu parei de estudar por causa de dinheiro [...]. Minha mãe não tinha dinheiro para comida, e muito menos para caderno e uniforme escolar”. (Entrevistada 11).

“[...] Os meus pais morreram e não tinha quem me desse apoio até para comer. Casei-me enquanto estava na 7ª classe e tive filhos [...] Não consegui conciliar a escola e as crianças” (Entrevistada 7).

Estas mulheres apresentam sérias limitações quando tentam ajudar os seus filhos com os deveres escolares que levam para fazer em casa, como revela a entrevistada 7:

“[...] Quando os meus filhos voltam da escola e precisam de ajuda não consigo explicar e fico com pena [...] Se tivesse condição ia continuar a estudar para apoiar a eles”.

Apesar das dificuldades encontradas, a maior ação destas mulheres relativamente ao ensino é colocar os seus filhos a estudar, a todo o custo:

³⁶ De acordo com Helena Hintz (2001) estas dificuldades surgem pelo facto de um dos progenitores (a mãe) ter que assumir determinadas funções que normalmente seriam assumidas por ambos os progenitores. Em caso de separação e viuvez, a mãe é quem lida diariamente com os cuidados e educação das crianças.

“[...] Vendia amendoim para comprar material para os meus filhos estudarem. [...] hoje sinto-me realizada, pois ajudei os meus filhos a concluir o ensino secundário.” (Entrevistada 9).

As mulheres que conseguiram chegar ao ensino secundário esforçaram-se para superar os constrangimentos financeiros, como relata a entrevistada 8:

“Paguei sozinha os meus estudos [...] para além de cultivar na machamba de outros, faço machamba, cultivo amendoim e maçaroca, com o que conseguia vender pagava os materiais que precisava e fazia contribuições na escola [...]”.

Ao mesmo tempo, retardaram a idade do casamento e do primeiro filho e no mesmo contexto contaram com o apoio de um elemento masculino da família.

“O meu marido ajudou-me [...] Comprava material para mim e meus filhos. Meu marido me compreendia, quando eu ia a escola ele ficava com as crianças”. (Entrevistada 5).

“O meu pai sempre me incentivou a estudar [...] ele acreditava que nós [filhos e filhas] podíamos ser diferentes deles [pai e mãe] ele não queria que nós casássemos cedo, ele sempre dizia estudar e depois casar, pois isso é que eu e os meus irmãos conseguimos estudar.” (Entrevistada 1).

Estas mulheres referem que com os conhecimentos adquiridos na escola foi possível transformar a sua vida e de outras mulheres dentro do povoado. Por exemplo, a entrevistada 8 refere que com o que aprendeu na escola consegue saber quanto deve investir, guardar e consumir e incentiva igualmente as suas amigas a estudar e a não abandonar a escola. A entrevistada 12 explica que, por estar a frequentar a escola obteve mais informações sobre o planeamento familiar. No mesmo contexto as entrevistadas 1 e 5 explicam que com os conhecimentos que adquiriram na escola, conseguem participar ativamente nas reuniões comunitárias.

A preocupação das mulheres com a sua formação e com a garantia da educação para as suas crianças revela que elas têm consciência de que a educação constitui o vetor que garante a partilha de informações e uma maior participação nos diferentes sectores de desenvolvimento social e económico. Esta tendência é expressiva de forma variada em todos os agregados familiares, contudo as dificuldades financeiras ainda constituem impedimento para alguns destes agregados, sobretudo para aqueles onde as mulheres tiveram acima de três crianças.

6.2.2. Ações de participação económica

No meio rural moçambicano as mulheres são reconhecidas pela sua habilidade de cultivar a terra e através dessa atividade produzir culturas de subsistência. Estas, para além de alimentarem a família, contribuindo para a sua nutrição, conseguem contribuir, através da sua venda, para a educação dos seus filhos (Feijó e Agy, 2015b). Do mesmo modo, através dos seus grupos de microcrédito, conseguem ter acesso ao crédito e fazer poupanças. Assim

pretende-se neste subcapítulo apresentar de que forma esta atividade é desempenhada pelas mulheres, bem como qual a sua ação na vida dos agregados familiares e da comunidade.

6.2.2.1. Acesso à terra e prática da atividade agrícola

As mulheres entrevistadas tiveram acesso à terra de formas distintas. Seis das mulheres acederam através do casamento e neste caso a terra pertence ao casal. Quatro herdaram-na o que significa que as mulheres garantem o uso da terra a partir da transmissão deste recurso de mãe para filha; fazem parte deste grupo uma mulher em união de facto, duas separadas, bem como a que se tornou viúva. Outra forma de acesso à terra assenta no arrendamento; duas das mulheres solicitaram a alguém com extensas áreas de terra para arrendar ou emprestar uma parcela. Estas terras foram requeridas por uma mulher solteira e uma separada. Esta última vive com dois dependentes dentro do agregado familiar.

Na amostra recolhida existem diferenças no processo de uso e controlo da terra, sobretudo entre as mulheres que tiveram o acesso a terra através do casamento, pois quem decide sobre a produção (o que semear, como e quando) é o homem. Nos casais onde a mulher é detentora da terra por herança, a mesma fica responsável por semear culturas alimentares (sobretudo mandioca e milho), reservadas à subsistência familiar, e os homens culturas de rendimento (feijões, tomate e cebola), destinadas para o mercado.

Dentro do agregado familiar estas mulheres revelam que participam, juntamente com o seu marido³⁷ e filhos em todas as fases da produção agrícola, preparação da terra, sementeira, sacha, colheita e transporte, porém quando se trata da venda dos produtos o cenário varia, pois para as mulheres que vivem em união facto, o marido é quem realiza a venda dos produtos. No caso das mulheres solteiras, separadas e viúvas elas são as responsáveis pela venda.

Estudos realizados por Negrão (2000) explicam que nos diferentes tipos de casamentos realizados onde a sucessão do poder linhageiro é transmitido pela linhagem materna, as formas de acesso, posse e controlo da terra têm sido alvo de mudanças, pois as mulheres passam a viver nas terras do marido, ou em terras neutras (cf. Osório, 2006). Este facto, na linha de Mandamule (2017) dificulta o processo de produção de culturas de rendimento por

³⁷ Nos casos em que as mulheres são solteiras e viúvas elas não contam com o apoio do marido, contratam mão-de-obra masculina, sobretudo para a destronca, na fase da preparação da terra para a sementeira e pagam com produtos alimentares.

parte das mulheres que vivem em união marital, conferindo-lhe uma maior dependência em relação ao homem.

No contexto associativo, as mulheres dividem o trabalho por dias de trabalho e grupos (responsáveis por controlar o trabalho, fazer a venda dos produtos no mercado, controlo e a distribuição dos rendimentos).

“Acordo às 4 horas, [...] de segunda-feira a sexta-feira, [...]. Segunda-feira quando acordo preparo as coisas de casa, deixo instruções com o meu filho mais velho, depois vou para a minha machamba às 5:00 horas, quando acabo os trabalhos vou para a machamba da associação trabalhar com as companheiras, mas nem sempre consigo ir é longe [...] No fim-de-semana vamos [eu, meu marido e as crianças] às 6 horas para a nossa machamba familiar, começamos a cultivar nas áreas do meu marido e depois nas minhas áreas” (Entrevistada 6).

“O meu filho mais velho e a minha filha me ajudam nos trabalhos da machamba familiar, por isso é que tenho tempo para ir a machamba da associação todos os dias para apoiar e ver como estão a decorrer os trabalhos” (Entrevistada 9).

O grupo das mulheres que vivem em união de facto e são associadas (6) referiu que trabalha na machamba da associação duas vezes por semana, pelo facto de realizar outras tarefas em casa e na produção da família. A outra parte, composta por mulheres separadas que pertencem à associação (2) relatou que trabalha na associação todos os dias, pois os filhos mais velhos apoiam nas outras tarefas em casa.

A entrevistada 4 ao referir-se ao trabalho revela o seguinte sobre o respetivo rendimento:

“Aqui (na Associação) fazemos a nossa machamba, cultivamos o nosso amendoim, tomate, cebola e vendemos. Conseguimos dividir o dinheiro, uma parte guardamos e a outra parte cada uma compra seu sabão, açúcar [...]”.

“Eu já não espero que o meu marido me dê dinheiro para as minhas coisas, eu consigo com este valor da associação comprar a minha capulana” (entrevistada2).

As mulheres revelam que associar-se foi uma forma de conseguir ter dinheiro para si, para comprar produtos alimentares e vestuário.

A prática da atividade agrícola no modelo familiar garante que as mulheres consigam produzir para a subsistência familiar, bem como permite a massificação e continuidade desta atividade que se encontra consagrada na Constituição de Moçambique³⁸ como a base do desenvolvimento nacional. A prática desta atividade de forma coletiva permite que as mulheres consigam obter um rendimento importante para o seu desenvolvimento pessoal e económico.

³⁸ Ver artigo 103 da Constituição da República de Moçambique (2018).

6.2.2.2. Dinâmicas de Pluriatividade rural

O trabalho no meio rural não se resume ao cultivo da terra, pois as mulheres igualmente conciliam esta atividade com outras geradoras de renda³⁹. As dinâmicas de pluriatividade são realizadas sobretudo pelas mulheres separadas. As mulheres confeccionam alimentos e bebidas tradicionais, que vendem em pequena banca em frente da sua casa.

“[...] Sempre que consigo ter algum rendimento da minha machamba, vou ao mercado comprar trigo para fazer bolinhos e vender aos trabalhadores que madrugam para trabalhar na fábrica”. (Entrevistada 8).

“Quando o meu marido decidiu abandonar-me, eu fiquei sozinha e sem solução, mas peguei fazer esse vinho (bebida tradicional), pelo menos me ajuda com pequenas despesas que tenho aqui em casa com as crianças. (Entrevistada 11).

Elas dedicam-se também à realização de trabalhos por conta de outrem (o chamado *ganho-ganho*). Consiste na realização de trabalhos na machamba de outrem, bem como na execução de pequenas tarefas de limpeza de estrada.

“Eu trabalho na estrada [...] faço limpeza [...] eles (a empresa) chamam várias pessoas para trabalhar e eu também vou participar quando estão a selecionar [...] e sempre me chamam. (Entrevistada 10).

“As vezes quando preciso de dinheiro peço aos meus vizinhos com grandes áreas para eu cultivar na machamba deles e ganhar algum dinheiro”. (Entrevistada 5).

“Quando não tenho dinheiro [...], porque nem sempre vender bebida dá dinheiro [...] para pagar o material escolar do meu filho mais velho, vou pedir *ganho-ganho* na machamba dos meus vizinhos” (Entrevistada 11).

Em alguns casos o pagamento é efetuado com produtos alimentares, mas também existe quem pague em pequenas quantias monetárias. As atividades secundárias que são realizadas pelas mulheres garantem que os membros dos seus agregados familiares não passem fome. Na linha de pensamento de Negrão (2006), Chambe (2011), Feijó e Agy (2015b) as práticas de pluriatividade rural permite a um grupo muito restrito de agregados familiares a obtenção de rendimentos fora atividade agrícola, nos gastos com a alimentação, saúde e educação dos membros da família.

Os pequenos negócios realizados pelas mulheres mostram o quanto elas se encontram envolvidas no mercado de trabalho. Em alguns casos as mulheres estão desprovidas de meios

³⁹ Casimiro (2008) e Chambe (2011) confirmam que as práticas de pluriatividade e de diversificação de fontes de rendimento não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas a sua sobrevivência e reprodução. Feijó & Agy (2015b) constatam que as situações de pluriatividade familiar possibilitam uma maior estabilidade económica, a escolarização dos mais novos e o acesso a cuidados de saúde, e também o funcionamento da atividade agrícola, em termos de acesso a insumos ou a mão-de-obra assalariada.

financeiros e de habilidades literárias, mas, mesmo assim, elas encontram formas de iniciar uma atividade secundária face à agricultura e tirar desta atividade o sustento para si e para a formação e desenvolvimento das suas crianças.

6.2.2.3. Aplicação dos rendimentos auferidos

A distribuição dos rendimentos é realizada consoante as necessidades de cada agregado familiar. Existe uma preocupação geral nas mulheres de efetuar despesas na compra de produtos alimentares que não são produzidos na sua machamba (tais como, sal, açúcar, óleo). Este cuidado com a alimentação prende-se com o facto de as mulheres assumirem que o desenvolvimento de seus filhos depende, igualmente, dos alimentos que eles consomem.

“Com o dinheiro que consigo fazer por semana compro caril [peixe seco], carvão, sabão de cinco meticais (5, 00 meticais) e ajudo os meus filhos”. (Entrevistada 2).

“Sou camponesa, não tenho dinheiro, com os produtos que cultivo na machamba apoio os meus filhos”. (Entrevistada 9).

As mulheres, sobretudo as separadas, costumam investir os seus rendimentos na abertura de pequenos negócios. A aposta tem sido na compra e venda de produtos alimentares, mas também existem mulheres que investem no negócio de bebidas tradicionais e na venda de vestuário.

Para além de despender os seus rendimentos na compra de roupa para si (sobretudo a capulana) e para os membros do agregado familiar, as mulheres aplicam igualmente o seu dinheiro na educação dos seus filhos, sobretudo no pagamento de matrícula, uniforme escolar e compra de material escolar.

Dentro das despesas, igualmente estão inclusas as transferências realizadas. Algumas das entrevistadas referem que enviam dinheiro para familiares (mães, filhos, irmãos) que se encontram a residir noutros distritos. Foi o caso de quatro das mulheres que vivem na condição de união de facto e de duas das separadas que mencionaram a transferência de valores para os filhos e irmãos, que se encontram a estudar na cidade de Nampula, e para apoiar os pais (sobretudo a mãe) que se encontra a viver em condições precárias.

Uma outra forma de utilização do rendimento é através do que Casimiro e Souto (2011:32) consideram de “ajuda mútua” o *xitique*⁴⁰. Este sistema de ajuda mútua, ou de crédito rotativo,

⁴⁰ Casimiro refere que *xitique* é uma forma de ajuda mútua em língua *changana* que consiste em fazer poupança envolvendo sobretudo mulheres. (Casimiro e Souto 2010). Durante as entrevistas, foi possível perceber que o *xitique* é realizado em grupos pequenos (onde se definem regras de pagamento e de receção

como as mulheres consideram, permite o desenvolvimento socioeconómico de algumas famílias. As mulheres que fazem parte destes grupos de poupança estão igualmente ligadas as associações de produtoras. Se por um lado os valores conseguidos no *xitique* permitem comprar bens duráveis melhorar as condições da habitação, bem como fazer poupanças. Como referem as entrevistadas 1 e 2:

“Depois das chuvas verificamos [eu e o meu marido] que o teto da casa não estava em condições [...] eu tive que ir pedir uma parte do valor do *xitique* para conseguir melhorar a cobertura da casa. (Entrevistada 1).

“Quando a minha criança ficou doente pedi para receber o valor do *xitique* para conseguir ir até ao hospital.” (Entrevistada 2).

Por outro lado, este valor permite responder a situações de preocupação e de emergência, relacionados sobretudo com a saúde.

Em suma, os rendimentos que as mulheres auferem no conjunto de todas as atividades realizadas servem para conferir um conjunto de condições básicas (de alimentação, educação, saúde e de habitação) aos seus agregados familiares. Os grupos de poupança, através da partilha rotativa de valores, garantem que as mulheres num sistema “sem bancos” consigam ter empréstimos, úteis para resolver situações de emergências. Estes fatores garantem que as mulheres estejam presentes e ativas num desenvolvimento económico integrado, preocupado em ajudar e resolver (na sua realidade rural) os seus problemas mais urgentes.

6.2.3. Estratégias de participação política

Existem diferentes formas de participação política, porém, com base nas entrevistas realizadas e nas leituras efetuadas, foram consideradas três estratégias principais. A primeira é a detenção de documentos de identificação, pois através da sua detenção a mulher consegue estar presente em diferentes acontecimentos sociais que envolvem a sua comunidade. A segunda está relacionada com a sua participação em movimentos associativos. Em grupo as mulheres conseguem reunir um conjunto de forças e competências para agir em prol do bem comum. A terceira estratégia é a sua relação com o poder político (Estado). Esta relação procura lançar a mulher para o campo do debate político, do confronto de ideias e de uma maior contribuição para mudanças em termos de políticas públicas.

dos valores). Cada participante tira um determinado valor por mês e entrega à responsável pelo grupo. Assim, no final de cada mês a primeira pessoa vai receber o seu valor de *xitique* e esse processo acontece de forma rotativa até todas receberem.

6.2.3.1. Participação através da posse de documento de identificação

A obtenção de documentos de identificação constitui um desafio para a maioria das mulheres rurais. Dos documentos existentes em Moçambique, a maior parte dos agregados familiares rurais dispõe de cédula de nascimento e cartão de eleitor (cf. Feijó e Agy, 2015a). Em Monapo as entrevistadas utilizam na sua maioria o BI e o cartão de eleitor⁴¹. Assim, com estes dois instrumentos legais de identificação, elas conseguem exercer o seu direito de cidadania.

O bilhete de identidade admite que as mulheres possam se matricular numa escola, permite que elas possam abrir uma conta no banco e/ou aceder ao crédito bancário. Este documento igualmente permite que a mulher seja reconhecida dentro da sua comunidade como indivíduo, pois apresenta o seu nome, idade, nacionalidade e naturalidade, aspeto que, à partida, contribui para a sua afirmação e participação social.

O cartão de eleitor é visto como o documento que garante um maior contributo político, pois é através deste instrumento que as mulheres conseguem exercer o direito ao voto. As mulheres exprimem de diferentes formas a sua experiência de ter votado nas últimas eleições presidenciais (realizadas no ano de 2015).

“[...] Votei nas últimas eleições para as coisas mudarem, fiquem bem [...]”, ter um Presidente que entende as nossas dificuldades, nós estamos cansadas de andar longas distâncias para o hospital, assim com esse meu voto quero ver se isso muda.” (Entrevistada 2).

“Nas últimas eleições votei sim [...] porque já tinha idade para votar [...] não senti nada” (Entrevistada 8).

Estes comentários revelam que se por um lado as mulheres acreditam que participando é possível contribuir para a melhoria das suas vidas, por outro lado, as mudanças que esperavam ver com tal ação, não ocorreram. As mulheres revelam que, tendo exercido o direito ao voto, seria de se esperar que as condições culturais, sociais e económicas apresentadas durante o manifesto político transformassem as dinâmicas quotidianas da sua vida e da sua comunidade.

As mulheres têm consciência crítica da importância de adquirir um documento de identificação, sobretudo aquele que permite escolher o seu governante. As mulheres estão

⁴¹ O cartão de eleitor é utilizado pelos membros do agregado familiar como substituto do bilhete de identidade e também como forma de reconhecimento pelo grupo. Assim, a posse do cartão constitui uma definição de pertença e de direitos (Osório & Macuácuá, 2015: 211).

cada vez mais preocupadas com questões relacionadas com o desenvolvimento da sua comunidade, conseqüentemente da sua vida dentro da família. Daí que a preocupação das mulheres é com o cumprimento dos programas governamentais que garantem a transformação dos espaços rurais e um maior envolvimento das mulheres.

6.2.3.2. O associativismo e formas de cooperação comunitária

As mulheres entrevistadas sentem que contribuem para o desenvolvimento quando estão unidas, pois podem partilhar experiências e aprender umas com as outras. Recorde-se que apenas quatro não estão associadas. Por exemplo, a entrevistada 1 relata que quando se juntou à associação de mulheres produtoras, para além de melhorar o seu conhecimento sobre diferentes áreas de produção e de saber, igualmente descobriu que tinha um papel útil na sua comunidade. Pelo facto de ter concluído o ensino secundário e na sua associação as mulheres serem na sua maioria analfabetas, a entrevistada passou a ensinar as suas “*companheiras*” a ler, escrever e contar.

“Temos que nos ajudar eu senti isso, por isso apoio as minhas companheiras e as crianças órfãos [...] esse sentimento desenvolvi aqui (associação) [...] gostava de fazer mais, ajudo com o que posso.” (entrevistada 1).

A partir das associações as mulheres conseguem dar “voz” às dificuldades enfrentadas no processo produtivo, na vida familiar e na comunidade. Para além disso contribuem com soluções para os seus problemas, como comenta a entrevistada 5:

“Entre este ano neste grupo e gostei [...] produzir em grupo facilita muita coisa [...] (as mulheres) ajudam-se entre si. Quando tive problemas na minha família, as companheiras aconselharam-me [...] deram-me ideias de como resolver.”

A participação ativa em reuniões realizadas pelas associações ou em encontros onde o grupo é convidado a participar tem produzido resultados positivos, tanto para as mulheres, como para a sua comunidade, pois as mulheres transmitem as suas preocupações.

[...] no principio tinha vergonha, mas as minhas companheiras me disseram que quando há reunião [...] tenho que falar [...] assim tenho partilhado o que vejo que esta errado e certo. (entrevistada 4).

O envolvimento em associações de produtoras permite as mulheres maior participação em campanhas sobre planeamento familiar e aleitamento materno. Como testemunha a entrevistada 12:

“A mulher dentro da associação recebe muitas visitas, que solicitam a ação das mulheres na sensibilização de jovens (rapazes e raparigas) no uso de anticoncetivo e no planeamento familiar”.

As organizações religiosas são frequentadas pelas mulheres, aos domingos para as católicas e às sextas-feiras para as muçulmanas, e através dos programas destas organizações as mulheres tornam-se ativas nos cuidados de doentes e crianças carenciadas. Participam também em ações de doações, de limpeza comunitária e de aconselhamento (sobretudo para jovens com conduta desviante).

“Particpei em atividades de limpeza comunitária e de apoio ao idoso, [...] também realizamos contribuições, para comprar comida e oferecer nas nossas visitas aos doentes ou então ajudar ao próximo quando há falecimentos.” (Entrevistada 9)

“Vou a igreja e participo em algumas atividades como a de aconselhamento de outros membros mais jovens”. (Entrevistada 11).

As organizações religiosas têm servido igualmente de local onde as mulheres buscam a sua paz interior e procuram estar consigo mesmas.

O envolvimento destas mulheres em associações de produtores contribui para uma maior autonomia e consciência política. De facto, a partir desses grupos as mulheres conseguem participar ativamente nos processos de tomada de decisão que envolvem a sua atividade e o desenvolvimento, seja da sua associação, seja da sua comunidade. Verificámos que estas mulheres, quando têm ajuda de amigas, melhoram a sua educação e desenvolvem práticas endógenas de poupança, apresentando, como destaca Casimiro (1999), maiores probabilidades de participar nos processos de tomada de decisão em órgãos de poder ao nível local.

6.2.3.3. Relações com o Estado e ação política

Das narrações obtidas através das entrevistas é possível perceber que a totalidade das mulheres tem participado em reuniões gerais organizadas seja pelo governador do distrito, seja pelo chefe da localidade.

A presença de mulheres em reuniões distritais organizadas pelo Governo é muito reduzida. A sua participação só é possível mediante convite que é realizado pelo chefe de posto, que através do Secretário do Bairro faz chegar aos agregados familiares a informação da reunião. Este fator não deixa, à partida, de ser inibidor de uma participação mais ativa por parte das mulheres. Quando elas chegam às reuniões sentam-se no mesmo lado, como ilustra a figura 1 (imagem tirada durante a recolha de dados), os homens de um lado e as mulheres do outro lado, demonstrando que existe uma clara divisão entre os sexos.

Figura 1: Reunião com o líder local.



Nesse contexto, as preocupações colocadas pelas mulheres estão relacionadas com os seus problemas, os quais se relacionam com as condições de vida dentro do agregado familiar e não com os problemas coletivos relatados como o acesso a água, energia, saneamento, transporte, educação e saúde⁴².

“[...] o chefe do bairro convidou-nos (a família) para ir ouvir o Governador a falar [...] na hora de apresentar os problemas, não consegui dizer nada [...] mas também eles sabem todos os problemas da nossa comunidade.” (Entrevistada 6).

“As mulheres são poucas nesses encontros e ficam sentadas do mesmo lado [...] são poucas as que falam sobre os nossos problemas nessas reuniões grandes com os chefes.” (Entrevistada 8).

“[...] Apresento os meus problemas, pois não tenho condições, por exemplo a minha casa partiu-se nas últimas chuvas. Quando tenho oportunidade expresso as minhas preocupações, e as vezes consigo algumas ofertas. (Entrevistada 10).

Nas reuniões realizadas dentro do povoado, as relações são estabelecidas, sobretudo, com o chefe de posto e líderes comunitários, pois são pessoas acessíveis e com disponibilidade para atender as preocupações da comunidade. Nesta situação, as mulheres apresentam as suas

⁴² Osório (2010: 36) explica que o facto de a mulher estar envolvida em assuntos políticos sugere que ela sabe ouvir e escutar, dispensando-a de intervir nas questões que são decisivas para o País (como políticas económicas). Por outro lado, ao reconhecer-se que a sensibilidade feminina é produto de uma experiência historicamente construída, torna-se legítimo e normal o autoritarismo patriarcal que caracteriza o campo político nos encontros de natureza política.

preocupações individuais e coletivas em fóruns fechados aos responsáveis Governamentais supracitados, ação que *per se* não garante a resolução dos mesmos.

“As preocupações que tenho levo ao secretário do bairro [...] levei (denunciei) um senhor por me abusar fisicamente”. (Entrevistada 7).

“Transmito problemas da minha comunidade, por exemplo, tivemos problemas com o furo de água, a bomba estragou-se tivemos que comunicar ao secretário [...] assim as famílias se juntaram e contribuíram para pagar o conserto. (Entrevistada 4).

“ O meu marido quando me bateu eu levei o caso ao líder comunitário [...] e também quando existem roubos nas nossas machambas e nas nossas casas eu informo ao chefe para tomar conhecimento”. (Entrevistada 3).

As inquietações apresentadas ao nível do povoado estão ligadas, por um lado, à agressão física e violência doméstica e, por outro lado, à inexistência de serviços primários (como água, energia, saúde, educação, segurança) que dificultam o desenvolvimento da comunidade.

A estratégia de participação das mulheres é realizada muitas vezes ao nível da base (com o secretário do bairro), onde elas procuram influenciar os decisores políticos da sua localidade sobre os problemas que afetam a sua vida e a sua comunidade. A sua ação política começa a ser desenvolvida a partir do agregado familiar, quando elas conseguem denunciar situações de violência, demonstrando que as mulheres estão mais atentas e intolerantes a situações de subalternidade, e termina na comunidade, quando elas conseguem expor as suas preocupações aos seus representantes Governamentais de forma particular, garantindo desta forma que as suas inquietações constem nas estratégias de desenvolvimento local.

Considerações finais

Na presente dissertação procurou-se contribuir para a compreensão da ação das mulheres para o desenvolvimento no meio rural em Moçambique. Os estudos mostram-nos que as mulheres, antes, durante e depois do período colonial, desempenharam um papel múltiplo no desenvolvimento dos sectores económicos, sociais e políticos, seja através da participação no cultivo das culturas obrigatórias, seja no sistema cooperativista, ou até na mobilização e apoio durante a luta armada de libertação nacional de Moçambique. A agricultura sempre esteve ligada à atividade económica da mulher rural, contudo, a sua integração no mercado de trabalho é marcada por se ter mantido ligada à produção de culturas alimentares seja para agroindústria, seja para a subsistência familiar e menos inserida na economia de mercado.

A ratificação e aprovação, por parte de Moçambique, de convenções e leis que, no seu conjunto, garantem uma maior igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, permitiu uma maior inserção das mulheres em postos de tomada de decisão, onde as mulheres podem participar e contribuir com os seus saberes para o desenvolvimento do país. Todavia este envolvimento não é inclusivo, pois grande parte das mulheres que vivem no meio rural enfrenta problemas de acesso aos principais serviços básicos (educação, saúde, acesso a água, mercados, transportes) que (in)diretamente concorrem para a invisibilidade das suas ações e do seu contributo para o desenvolvimento.

Face aos condicionalismos enunciados, afigurou-se necessário identificar e analisar as estratégias utilizadas pelas mulheres para ampliarem e fortalecerem o seu leque de possibilidades de participação no desenvolvimento local e nacional. Para atingir o objetivo proposto, adotou-se uma abordagem qualitativa, com recurso à realização de um estudo de caso no distrito de Monapo, na localidade de Nacololo.

Durante a realização do estudo na localidade de Nacololo, foram entrevistadas doze mulheres com diversidade de idade, estado civil, nível de escolaridade, religião e situação económica. Neste grupo de mulheres considerou-se que a idade, o nível de escolaridade, a idade do casamento, o estado civil, a atividade económica secundária e o associativismo são variáveis que estabelecem um complexo inter-relacionamento entre si e determinam o nível de envolvimento das mulheres nas dinâmicas de desenvolvimento rural. Em termos globais, os casos analisados revelaram que as mulheres que conseguiram concluir o ensino secundário retardaram a idade do seu casamento; que as mulheres estão cada vez mais envolvidas na atividade agrícola em moldes coletivos; que existe uma preocupação das mulheres em variar

os seus rendimentos, através da realização de pequenos negócios. A partir destas características foi possível descortinar um conjunto de estratégias utilizadas pelas mulheres para aumentarem a sua participação no desenvolvimento.

As estratégias de participação das mulheres no desenvolvimento passam por um maior envolvimento nas dinâmicas que acontecem dentro do seu agregado familiar. Através do cuidado de seus filhos, distribuição de tarefas, partilha de conhecimentos, garantia de formação para as suas crianças e participação no processo de tomada de decisão, as mulheres conseguem agir no processo de desenvolvimento da formação humana e construção social e individual dos membros do seu agregado familiar.

As formas de participação económica passam pela realização da atividade agrícola em modelo familiar e coletivo, pela realização de pequenos negócios e pelo seu envolvimento em dinâmicas de ajuda mútua. Estas dinâmicas ajudam não só o desenvolvimento nacional, mas também permitem que as mulheres consigam obter um rendimento, importante para a partilha, para a resolução de situações de emergência, bem como para o seu desenvolvimento pessoal e económico.

As estratégias de participação política das mulheres passam por consolidar o seu direito ao voto e exigir o cumprimento dos programas governamentais. Através da sua participação em associações de produtores, as mulheres conseguem participar nos processos de tomada de decisão. Uma outra forma de participação política é a relação que as mulheres estabelecem com o Estado, mas esta é realizada predominantemente de forma privada. Estas estratégias conferem às mulheres uma maior consciência política e garantem que as suas inquietações estejam presentes nos planos de desenvolvimento local.

Apesar desta consciência que as mulheres adquiriram, verificam-se ainda desafios, na redução dos casamentos prematuros, na inserção da mulher no ensino, na divulgação de informação com assuntos que reduzem os estereótipos que descriminam as mulheres. Outro dos desafios é sensibilizar o Governo para adoção e inclusão de políticas de género nos diferentes sectores de atividade de forma a reduzir as desigualdades de oportunidades existentes a todos os níveis.

Na linha de perspetivas para estudos futuros seria interessante, por um lado, partir desta análise e procurar encontrar outras estratégias de participação das mulheres. Por outro lado, dever-se-ia aprofundar esta análise procurando captar vozes de mais mulheres com realidades

diferentes e através desses dados procurar trazer uma maior representatividade da realidade do distrito de Monapo em particular e do país no geral.

BIBLIOGRAFIA

- Agy, Aleia (2018). “Desigualdades de género em contextos rurais em Moçambique: estudos de caso em comunidades na província de Nampula” in Salvador Forquilha (Org.) *Desafios para Moçambique 2018*. Maputo: IESE.
- Aires, Luísa (2015). Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional. Lisboa: Universidade Aberta. Pp.1-70.
- Andrade, Ximena. et al. (1998). *Família em contexto de mudanças em Moçambique*. Maputo: WSLA Moçambique. Pp. 1-188.
- Arnaldo, Carlos, et al. (2017). *Casamentos Prematuros em Nampula: que distritos estão mais afectados?* Maputo: CEPESA.
- Arnfred, Signe (2001). "Espíritos ancestrais, terras e alimentos: posse de terra e poder em função de género em Ribaué, província de Nampula" in Rachel Waterhouse e Carin Vijhuizen (Dir). *Estratégias das mulheres, proveito dos homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*". Maputo. Livraria universitária. Pp. 181-210.
- Arthur, Maria, Silva, Teresa, Sitoé, Yolanda, Mussa, Edson (2011). “Antecedentes e contextos da sua aprovação” in *Outras vozes*. Agosto-Novembro, nº.35-36. Maputo: WLSA Moçambique.
- Babbie, Earl (2008). *The Basics of Social Research*. United States of America: Thomson Higher Education.
- Bardin, Laurence (1977). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Livraria Martins Fontes.
- Berteaux, Daniel (2005). *Los relatos de vida. Perspetiva etno-sociológica*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- Boserup, Ester 1970. *Women´s role in Economic Development*. London: George Allen & Unwin.
- Capaina, Nelson (2017). “Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique” in *Observador rural nº. 49*. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- Carmo, Hermano & Ferreira, Manuela (2008). *Metodologia das ciências sociais: métodos qualitativos. Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Casimiro, Isabel (1986). *Transformações nas relações homem/mulher em Moçambique 1960-74*. Tese de Licenciatura em História. Maputo: Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane.
- Casimiro, Isabel (2004). *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: PROMÉDIA.
- Casimiro, Isabel (2008). “As mulheres estão mais livres apesar de trabalharem muito – mulheres camponesas lutam pela dignidade numa aldeia de Moçambique” in *12.ª Assembleia Geral Governar o Espaço Público Africano*. Yaoundé: Codersia.
- Casimiro, Isabel (2009). “ Algumas experiências de mulheres em actividades geradoras de rendimento: estudos de caso em 4 distritos de Moçambique”. Maputo: CEA. Pp. 1-30.
- Casimiro, Isabel & Souto, Amélia (2010). *Empoderamento económico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local*. Kapicua, Livros e Multimédia Lda. Maputo: CEA/UEM
- Casimiro, Isabel (2011). “Mulheres em actividades geradoras de rendimento-experiências de Moçambique” in *XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane. Pp.1-20.
- Casimiro, Isabel (1999). “Identidades e representações das mulheres em África” in *Estudos Moçambicanos* nº17. Maputo: CEA/UEM. Pp. 35-93
- Chambe, Maria (2011). “Abordagem teórica em torno da pluriactividade: as diversas formas de manifestação nas regiões rurais de Moçambique” in *Sociedade e Desenvolvimento Rural*. Vol. 5, nº. 1. Pp. 16-30.
- Chilundo, Arlindo (1999). “O impacto da revolução dos transportes nas relações entre homens e mulheres na província nortenha de Nampula: Moçambique: 1913-1961” in *Revista internacional de estudos africanos*. – Nº. 18-22. Pp. 215-244.
- Costa, António Firmino da (1986) “A pesquisa de terreno em sociologia” in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Dinerman Alice (1999). “O surgimento dos antigos régulos como “chefes de produção” na província de Nampula (1975-1987)” in Teresa Cruz e Silva (Coord.), *Estudos moçambicanos*. Maputo: CEA.

- Feijó, João & Agy, Aleia (2015a) “Dynamics of integration of rural Migrants in the City of Maputo - a spatial and gender comparative analysis” in *Buwa! A journal of African Women’s experiences*, nº 6. Pp. 95-105.
- Feijó, João & Agy, Aleia. (2015b). “Dinâmicas da economia camponesa em zonas de implementação de grandes projectos” in João Mosca (org.), *Sector Familiar e Desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- First, Ruth (Dir.) (1998). *O Mineiro Moçambicano – um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane-Relatório*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Flick, Uwe (2006). *An introduction to qualitative research*. London: Sage Publications.
- Frias, Sónia (2006). *Mulheres na esteira, homens na cadeira? Mulheres, economia informal e mudança cultural*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Pp 1-456.
- Geffray, Christian. (1990). *Nem pai, nem mãe*. Lisboa. Ndjira. Pp. 1-181
- Granjo, Paulo (2017). “O detalhe, a excepção e a regra: fazer estudos de caso etnográficos” in João Feijó (Coord.). *Metodologias de investigação em ciências sociais: experiências de pesquisa em contextos moçambicanos*. Maputo: Escolar Editores. Pp. 1-333.
- Head, Judith (1980) “A Sena Sugar Estates e o trabalho migratório” in *Estudos Moçambicanos*, nº. 1. Maputo: CEA/UEM. Pp. 53-72.
- Hintz, Helena. (2001). *Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade*. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1363010551_hintz_novos_tempos,_novas_fam%C3%ADlias_-_complementar_8_abril.pdf [. (17.06. 2019)
- Ibraimo, Maimuna (2017). *A contribuição da mulher no crescimento económico em Moçambique- Um exercício de contabilidade do crescimento – Conference paper*. nº 17. Maputo IESE. Pp. 1-32.
- Isaacman, Allen (1991). “O ensino da história pós-independência” in Alexandrino José e Paula Menezes. *Moçambique - 16 anos de historiografia: foco, problemas, metodologias, desafios para a década de 90*. Maputo: Coleções Painel Moçambicano. Pp.195-237.
- Isaacmann, Allen, Isaacmann Barbara (1983). “Mozambique for colonialism to revolution”, 1900-1982. Hampshire: Gower.

- Lagrave, Rose-Marie (1995). “Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX” in Duby, Georges e Perrot, Michelle (Dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol.5, Porto: Ed. Afrontamento. Pp. 501-539.
- Leandro, Maria Engrácia (2008). “Família, Educação e Saúde” in *VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Pp. 2-10.
- Leite, João (2013). “O cooperativismo nas ex colônias. Boletim Cooperativista”. Lisboa: Cooperativismo António Sérgio para economia social. Pp. 1-40.
- Loforte, Ana (2000). *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*. Coleção Identidades. Maputo: PROMÉDIA.
- Macaringue, Ernesto (2018). *Modernização da agricultura no distrito de Monapo em Moçambique no contexto de redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017 - Trabalho de Doutoramento e Geografia*. Goiânia: UFG.
- Machel, Samora (1975). A mensagem da proclamação da independência proferida pelo camarada presidente Samora Machel no estádio da Machava 25 de Junho de 1975. Maputo. Pp.1-4.
- Mandamule, Uacitissa & Feijó, João (2017). “A recolha de dados por entrevista-procedimentos, potencialidades e limitações” in João Feijó (Coord.). *Metodologias de investigação em ciências sociais: experiências de pesquisa em contextos moçambicanos*. Maputo: Escolar Editores.
- Mandamule, Uacitissa (2016). “Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique” in *Observador rural*, nº. 37. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- Mandamule, Uacitissa (2017). “Discursos à volta da terra em Moçambique” in *Revista Nera*. Pp. 41- 67.
- Manghezi, Alpheus (1981). “A mulher e o trabalho” in *Estudos Moçambicanos* nº. 3. Maputo: CEA, UEM. Pp. 45-56.
- Manghezi, Alpheus (2003). *Macassane: uma cooperativa de mulheres velhas nosul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Marconi, Marina de Andrade & Lakatos, Eva Maria (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ed. São Paulo: Editora Atlas S.A.

- Marreto, Jossefa, Green, Edward, Wilson, Manuel (1995). “Crenças e Práticas Relativas às DTS/SIDA”. Maputo: Ministério da Saúde. Gabinete de estudos de Medicina Tradicional.
- Martínez, Francisco (2008). “ *O povo macua e a sua cultura: análise dos valores culturais do povo Macua no ciclo vital. Maúia, Moçambique:1971-1985.*” 2ed. Maputo: Paulinas editoriais.
- Medeiros, Eduardo (1985). *O Sistema Linhageiro Macua-Lomwé*. Maputo: Faculdade de Letras da UEM.
- Mejia, Margarida, Andrade, Ximena, Osório Conceição, Macia Manuel (2005). “Análise da lei no processo Autárquico” in *Estudos Moçambicanos n.º. 21*. Maputo: CEA/UEM. Pp. 29-54.
- Mondlane, Eduardo (1995). *Lutar por Moçambique*. Maputo: CEA, Colecção “Nossa Chão”. Pp. 1-199.
- Muniz, José et. al. (2018). “ Planos e programas e os serviços de extensão rural em Moçambique: solução ao hiato existente entre os eixos orientadores e a prestação dos serviços públicos. Lisboa: Cadernos de Estudos Africanos, 35. Pp. 171-191. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/2853> (07. 07.19).
- Nash, Mary (2004). "Movimentos de mulheres, legados coloniais e processos de descolonização em África, no mundo árabe e no Caribe" in *As Mulheres no Mundo. História, desafios e movimentos*. Gaia: Editora Ausência, V.N. Pp. 247-271.
- Negrão, José (2000). “Sistemas Costumeiros da Terra em Moçambique” in Boaventura de Sousa Santos e João Trindade, *Conflitos e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Maputo/Coimbra: CEA/CES.
- Negrão, José (2006). *Cem anos de economia da família rural africana*. Maputo: Texto Editores.
- Newitt, Malyn (1995). *História de Moçambique*. Men Martins: Publicações Europa-America, Lda. Pp. 1-512.
- Nhamtumbo, Sónia & Meneses Maria (2005). “Inventário das atividades com abordagem de género” in *Estudos Moçambicanos n.º. 21*. Maputo: CEA. Pp. 105-129.

- Novak Joseph & Gowin Bob (1984). *Aprender a aprender*. London: Cambridge University Press. Trad: Carla Valadares, Jorge Valadares. Lisboa: Paralelo Editora.
- Oliver De Sardan, Jean-Pierre (2017). A política do trabalho de campo: sobre a produção de dados em sócio-anthropologia. Maputo: Alcance Editores. Pp. 1-71.
- Osório, Conceição & Macuácuá, Ernesto (2013). *Os ritos de iniciação no contexto actual: ajustamento, rupturas e confrontos, construindo identidades de género*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Osório, Conceição & Macuácuá, Ernesto (2015). *Participação Política de Mulheres e Homens em Contexto Eleitoral*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Osório, Conceição (2010). “*Género e Democracia: as eleições de 2009 em Moçambique*”. Maputo: WLSA Moçambique. 1-234.
- Osório, Conceição (2014). *Os ritos de iniciação*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Osório, Conceição. & Silva, Teresa (2008). “*Buscando sentidos: Género e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique*”. Maputo: WLSA Moçambique.
- Osório, Conceição. (2006). “Sociedade matrilinear em Nampula: estamos a falar do passado?” in *Outras vozes*. Agosto, nº.16. Maputo: WLSA Moçambique.
- Pereira, Filipe. (1999). “A dinâmica das transformações no espaço da província de Nampula” - Artigo elaborado no âmbito da 1ª fase do Programa Estratégico de Nampula (PEN). Maputo: Cruzeiro do Sul/UEM.
- Piepoli, Sónia (2008) “Empreendedorismo no feminino: os percursos de negociantes informais de Maputo” in José Fialho Feliciano e Guilherme Fonseca-Statter (Coords) *Empresariado, Empreendedorismo e Desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos. Pp. 253-276.
- Pinto, Teresa (2008). "Industrialização e domesticidade no século XIX. A edificação de um novo modelo social de género", in Henriques, Fernanda (coord.), *Género, Diversidade e Cidadania*. Lisboa: Colibri. Pp. 155-168.
- Quembo, Carlos (2017). *Poder do poder: operação produção e a invenção dos “improdutivos” urbanos no Moçambique socialista, 1983-1988*. Maputo: Alcance Editores.

- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Va (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Sarmento, Enilde. (2011). “O papel da mulher no desenvolvimento: caso de Moçambique”, in *Conferência Internacional sobre Mulher e desenvolvimento*. Madrid-Espanha.
- Scott, Joan (1994). “A mulher trabalhadora”, in Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol.4, Fraisse, Geneviève, Perrot, Michelle (dir.), *O Século XIX*. Porto: Ed. Afrontamento. Pp. 443-475.
- Serra, Carlos (1980). “O capitalismo colonial na Zambézia 1855-1930” in *Estudos Moçambicanos n.º 1*. Maputo: CEA/UEM. Pp. 33-52.
- Uaiene, Rafael (2012). “Caracterização do sector familiar em Moçambique” in João Mosca (Coord.) *Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural*. Maputo: Observatório do Meio Rural. Pp. 49-67.
- Valá, Salim (2012). “Microcrédito, combate à pobreza e desenvolvimento do meio rural em Moçambique: como alcançar os pobres economicamente activos e torná-los agentes económicos mais dinâmicos?” in João Mosca (Coord.), *Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural*. Maputo: Observatório do Meio Rural. Pp. 107-154.
- Valá, Salim. (1997). *Desenvolvimento rural e a perspectiva do género. Reflexões pertinentes*. Maputo: INDER.
- Waterhouse, Rachel & Vijfhuizen, Carin (2001). "Introdução: Estratégias das mulheres, proveito dos homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique" in Rachel Waterhouse e Carin Vijfhuizen (Dir). *Estratégias das mulheres, proveito dos homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*". Maputo. Livraria universitária. Pp. 5-34.
- Yin, Robert (2005). *Estudo de caso: planeamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi - 3.ed. Porto Alegre: Bookman.
- Zimba, Benigna (2002). “Identidade feminina e construção da paz em Moçambique, 1992-2002” in Brazão Mazula (Coord.) *Moçambique 10 anos de paz*. Maputo: CEDE.

Documentos, jornais, relatórios e convenções oficiais

Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (2015). Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/AGENDA%202030%20PARA%20DESENVOLVIMENTO%20SUSTENT%C3%81VEL PORTUGUES VF%20DEZ%20final 29 Maio2016.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/AGENDA%202030%20PARA%20DESENVOLVIMENTO%20SUSTENT%C3%81VEL%20PORTUGUES%20VF%20DEZ%20final%20Maio2016.pdf) (17.03.2018).

Caldeira, Adérito (03.01.2017). “IFP de Monapo gradua os primeiros professores mesmo funcionando sem fundos do OE” in *Jornal a verdade*. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/nacional/60678-ifp-de-monapo-gradua-primeiros-professores-mesmo-funcionando-sem-fundos-do-oe>. (13.07.19).

Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (1979). Disponível em: [http://cdh.uem.mz/images/pdfs/Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.pdf](http://cdh.uem.mz/images/pdfs/Carta%20Africana%20dos%20Direitos%20Humanos%20e%20dos%20Povos.pdf) (26.01.18).

Carta das Nações Unidas (1945). Disponível em: [https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/14320/Carta das Na es Unidas.pdf](https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/14320/Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf) (12.12.2017)

Chipembe, Cassiano (Dir) (2007). *Recenseamento geral da população e habitação 2007 Indicadores sociodemográficos província de Nampula*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

Chipembe, Cassiano (Dir). (2015). *Relatório final do inquérito ao Orçamento familiar – IOF 2014/15*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

Chipembe, Cassiano. (Dir). (2013). *Mulheres e Homens em Moçambique Indicadores Seleccionados de Género – 2013*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres CEDAW (14 May, 1 June 2007). Disponível em: <https://www.refworld.org/publisher,CEDAW,,MOZ,4688b4fc2,0.html> (27.05.19).

“*Declaração do Milénio (2000)*”. Disponível em: <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf> (24.01.18).

Declarações das Nações Unidas (1948). Disponível em: [https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/14320/Carta das Na es Unidas.pdf](https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/14320/Carta_das_Na_oes_Unidas.pdf) (21.03.18).

DNAL - Direção Nacional da Administração Local (2014). *Perfil do Distrito de Monapo, Província de Nampula*. Maputo: Ministério da Administração Estatal. Disponível em: <http://www.maefp.gov.mz/wp-content/uploads/2017/04/Monapo.pdf> (27.12.2018).

FAO (2003). *Gender and Development Plan of Action 2002-2007*. The Food and Agriculture Organization, Rome.

Moçambique (1975). *Constituição da República*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique (1990). *Constituição da República*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique (2018). *Constituição da República*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique (1997). Lei de terras. N.º 17/2007 de 1 de Outubro. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique (1997). Lei do ambiente N.º 20/1997 de 1 de Outubro. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique (2001). *Plano de Ação para a redução da pobreza absoluta 2001-2005*. PARPA I. Disponível em: <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d130879.pdf>. (24.01.18).

Moçambique (2001). *Plano de Ação para a redução da pobreza absoluta 2006-2009*. PARPA II. Disponível em: <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d61761.pdf>. (25.01.18).

Moçambique (2003). Comité de Conselheiros. *Agenda 2025: visão estratégica da nação*. Maputo: Agenda 2025. Disponível em: www.mef.gov.mz/index.php/documentos/...de.../agenda-2025/...agenda-2025/file?... (24.01.18).

- Moçambique (2004). Lei da família. N.º 10/2004 de 25 de Agosto. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Moçambique (2007). Lei do ordenamento do território N.º 19/2007 de 18 de Junho. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Moçambique (2015). *Plano quinquenal do governo de Moçambique*. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/PQG %202015-2019%20BR_29_I_SRIE_2_SUPLEMENTO_2015.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/PQG%202015-2019%20BR_29_I_SRIE_2_SUPLEMENTO_2015.pdf) (25.01.2018).
- Moçambique (2016). *Perfil de Género de Moçambique*. Maputo: Ministério do Género Criança e Ação Social (2016). Disponível em: http://www.mgcas.gov.mz/st/FileControl/Site/Doc/4021perfil_de_genero_de_mocambique.pdf (23.01.18).
- Plataforma de Ação de Pequim (1995). Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf (25.01.18).
- Protocolo da SADC sobre género e desenvolvimento (1997). Disponível em: <http://www.cedp-angola.com/data/uploads/udi/611-instrumentos-juridicos/37-genero-e-desenvolvimento.pdf> (24.01.18).
- United Nations Development Program (UNDP) (2018). Human Development Indices and Indicators. 2018 Statistical Update. New Work: UNDP.

ANEXOS

1. Guião de entrevistas semiestruturada

	Questões
1	Qual é o seu nome?
2	Qual é a sua idade?
3	É casada? Casou com quantos anos?
4	Quem são as pessoas que vivem consigo? Com quantos anos teve o seu primeiro filho?
5	Que actividades desempenham (as meninas e os meninos)? E para quem?
6	Como é a vossa organização familiar? Quem ajuda são mais as meninas ou os meninos? (quando e como?); Quem gere? Quem organiza? Quem executa? Quem decide?
7	Os seus pais, quem são? e de onde são provenientes?
8	As terras que esta a viver/cultivar a quem pertence?
9	Estudou até que classe? porque?
10	Os seus pais estudaram até que classe?
11	Os seus filhos estudam? Qual é a classe que frequentam as meninas e os meninos?
12	Quais as dificuldades que teve que enfrentar quando estava a estudar? Como superou?
13	Quais eram os seus sonhos quando começou a estudar? E hoje o que deseja?
14	Como os seus filhos (meninas e meninos) conseguem integrar a educação na sua vida o dia-a-dia?
15	Quais as dificuldades que as meninas e os meninos enfrentam na sua educação?
16	Tem BI? Tem NUIT? Tem Pago os impostos e taxas estipuladas pelo Governo de Moçambique? Se sim, como faz para conseguir pagar? Se não porque não paga?

17	É membro de alguma Associação, Partido Político e/ou outra organização? Se sim de que forma se integrou? Participa nas reuniões, de que forma? tem direito de eleger novos membros, porque? Se não , quais as razões?
18	Tem cartão de eleitor? Votou nas últimas eleições? Se votou como avalia essa experiência? Se não, quais as razões?
19	Já participou em alguma marcha? Qual era o problema?
20	Participa em reuniões do partido? Quais os motivos?
21	De que forma faz chegar as autoridades locais as suas preocupações?
22	Alguma vez realizou algum negócio ou outra actividade antes da que realiza agora? Em que área?
23	Já trabalhou em alguma empresa pública ou privada? Como era? Para quê servia o seu trabalho?
24	Quando acorda até a hora de ir se deitar, quais actividades realiza?
25	Para que fim se destinam essas actividades que realiza?
26	Com o dinheiro que ganha, o que faz? E porque aposta nessas áreas e não em outras?
27	As despesas são partilhadas? Com quem partilha? e de que forma são partilhadas?
28	De que forma participa no processo de tomada de decisão na família e na comunidade?
29	De que forma se sente integrada nas dinâmicas que acontecem diariamente na sua comunidade?
30	O que pensa sobre a sua vida na comunidade, qual o seu papel?

2. Quadro resumo dos dados das entrevistadas

Nº da entrevistada	Idade	Nível de escolaridade	Estado civil	Detenção de documentos de identificação	Idade do Casamento	Nº de filhos	Nº de filhas	Número de membros homens	Número de membros mulheres	Atividade principal	Atividade secundária (pluriatividade)	Associativismo	Religião
Entrevistada 1	26	12ª classe	União marital	BI, NUIT, CE	1º casamento 16 2º casamento 24	2	1	2	2	Agrícola	–	Membro	Islâmica
Entrevistada 2	32	7ª classe	União marital	BI,CE	15	4	2	5	3	Agrícola	–	Membro	Islâmica
Entrevistada 3	31	8ª classe	União marital	CE	18	2	1	3	2	Agrícola	–	Membro	Islâmica
Entrevistada 4	30	7ª classe	União marital	BI	18	2	2	3	3	Agrícola	–	Membro	Islâmica
Entrevistada 5	25	12ª classe	União marital	BI,CE	20	1	0	7	3	Agrícola	Pequeno negócio	Membro	Islâmica
Entrevistada 6	29	7ª classe	União marital	CE	14	2	2	3	3	Agrícola	–	Membro	Islâmica
Entrevistada 7	31	7ª classe	União marital	BI, CE	19	2	5	4	6	Agrícola	–	Não Membro	Católica
Entrevistada 8	24	12 classe	Solteira	BI,CE	0	0	0	0	0	Agrícola	Pequeno negócio	Não Membro	Católica
Entrevistada 9	41	4ª classe	Separada	BI, CE	19	5	4	5	5	Agrícola	–	Membro	Islâmica
Entrevistada 10	29	6ª classe	Viúva	BI, CE	16	2	2	2	3	Agrícola	Pequeno negócio	Não Membro	Católica
Entrevistada 11	50	6ª classe	Separada	BI, CE	18	6	1	6	2	Agrícola	Pequeno negócio	Membro	Católica
Entrevistada 12	21	12ª classe	Separada	BI	19	1	1	4	8	Agrícola	–	Não Membro	Católica
Resumo dos dados	31	7ª classe	União marital	BI; CE	16	3	2	4	4	Agrícola	Pequeno negócio	Membro	Islâmica